



Comitê Estadual de Enfrentamento da
Violência e Defesa dos Direitos Sexuais
de Crianças e Adolescentes de Mato
Grosso do Sul.



Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável | Centro-Oeste

**EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E MENINOS
BRASILEIROS DA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E
BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL
Relatório de Pesquisa**

Campo Grande, MS, março de 2011

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E MENINOS BRASILEIROS DA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL

Relatório de Pesquisa

Realização:



Apoio:

Secretaria Especial de
Direitos Humanos



Equipe Técnica

Projeto Fortalecimento do Comcex – Estudo: *Exploração sexual de meninas e meninos da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul*

Coordenação Geral

Estela Márcia Rondina Scandola

Coordenação Técnica

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Consultoria técnica e metodológica

Estela Márcia Rondina Scandola

Redação do Projeto de Pesquisa

Ivanise Hilbig de Andrade

Pesquisa de Campo

Gabriel Agarie

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

João Carlos Donatti

Mariela Nicodemos Bailosa

Assistente de Pesquisa

Larissa Bertin

Relatório Final

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Ivanise Hilbig de Andrade

Estela Márcia Rondina Scandola

Apoio: Yane Saara Rodrigues

*À adolescente encontrada desacordada em um
cubículo;
À menina iludida com falso emprego e encarcerada
em uma boate;
À menina de oito anos usada como moeda de troca em
um prostíbulo;
À garota que entregou à sua mãe o filho gerado
durante os programas sexuais;
Ao jovem travesti que voltou a vestir roupas
masculinas no convívio familiar;
À mulher que buscou proteção levando embora seu
filho;
A todas as gentes fronteiriças que seguem lutando por
seus territórios;
A todas as vidas fronteiriças.*

O mundo é um moinho

Ainda é cedo, amor
Mal começaste a conhecer a vida
Já anuncias a hora de partida
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar

Preste atenção, querida
Embora eu saiba que estás resolvida
Em cada esquina cai um pouco a tua vida
Em pouco tempo não serás mais o que és

Ouça-me bem, amor
Preste atenção, o mundo é um moinho
Vai triturar teus sonhos, tão mesquinho
Vai reduzir as ilusões a pó

Preste atenção, querida
De cada amor tu herdarás só o cinismo
Quando notares estás à beira do abismo
Abismo que cavaste com os teus pés.

(Cartola, 1976)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as dinâmicas da exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiros em 12 (doze) municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes e selecionadas 26 (vinte e seis) situações de exploração sexual registradas pelos pesquisadores de campo. As bases teóricas para análise referem-se aos conceitos multifacetados e polissêmicos de fronteira e de exploração sexual de crianças e adolescentes presentes nas políticas públicas e na constituição sociohistórica dos territórios fronteiriços. **Principais resultados:** a) A exploração sexual é intrínseca a um conjunto de violações de direitos, sendo que a maioria da Rede de Garantia de Direitos – RGD localiza na família, especificamente nas mulheres a responsabilidade pelas violências; o mercado do narcotráfico e o sexual se entrecruzam na violação de direitos; b) nas fronteiras ocorre a (i)mobilidade tanto de crianças e adolescentes, da rede de violação de direitos e da RGD. Cárcere privado e tráfico de pessoas estão presentes nos relatos; c) a ação dos aliciadores e exploradores se vale da ideia predominante de fronteira como limite de atuação para garantir direitos. A exploração sexual ocorre primeiramente no território brasileiro para depois tornar-se de fronteira; e, d) a atual realidade das crianças e adolescentes é que, mesmo com intervenção da RGD, os processos de violação de direitos continuam na maioria das situações e estão limitados a (des)cumprir as regras sociais sem perspectivas de mudança da atual situação de vida. **Considerações desafiantes:** esta pesquisa apenas tateia a realidade, necessitando continuar a aproximação, quiçá intervenção. Os resultados tem aspectos comuns às demais pesquisas com o tema da exploração sexual acrescidos de (i)mobilidade inerentes à fronteira. As práticas da RGD são estanques e a proteção às crianças e adolescentes está baseada na responsabilização das mulheres. A garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente só pode acontecer na efetividade dos direitos humanos para todos os grupos, especialmente das mulheres e dos trabalhadores das políticas públicas.

Palavras-Chaves: Exploração sexual; Tráfico de Pessoas; trabalho infantil; crianças e adolescentes; saúde na fronteira.

LISTA DE SIGLAS

CEP/UFMS – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

COMCEX-MS – Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Cometida Contra Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

IBISS/CO – Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PRF – Polícia Rodoviária Federal

RGD – Rede de Garantia de Direitos

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa de Mato Grosso do Sul, destacando as cidades de fronteira 21
- Figura 2: Quadro demonstrativo dos municípios de fronteira em MS: população e PIB 21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FRONTEIRAS, LIMITES E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: BREVES CONSIDERAÇÕES	11
2.1 Fronteiras e Limites - do quê estamos falando?	11
2.2 Posicionamento político-conceitual sobre exploração sexual de crianças e adolescentes	15
3 A PESQUISA: CONTEXTO, PROBLEMA E PROCEDIMENTOS	20
3.1 Problema de pesquisa e referenciais empíricos	20
3.2 Procedimentos metodológicos	23
4 DINÂMICAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS NA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL	25
4.1 Violações de direitos e exploração sexual	25
4.2 A (i) Mobilidade nas Fronteiras	32
4.3 Ação dos aliciadores e exploradores	35
4.4 Onde estão os meninos e meninas?	41
5 CONSIDERAÇÕES DESAFIANTES	44
REFERÊNCIAS	48
Apêndice A: Registros dos casos	51
Anexo A: Aprovação do CEP/UFMS	75

1 INTRODUÇÃO

Este relatório é referente ao estudo *Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul*. Esta pesquisa é parte do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS (Comitê Estadual de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul), que é composto por outros cinco estudos, além das ações de articulações diversas. O projeto foi financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e desenvolvido pelo IBISS|CO (Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste) e parceiros.

O COMCEX, criado em 23 de abril de 1997, é a instância estadual da temática da violação de direitos humanos sexuais infanto-juvenis. As ações do Comitê são orientadas pelos seus eixos convencionados nacionalmente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de situação, prevenção, defesa e responsabilização, atendimento, mobilização e protagonismo infanto-juvenil. A coordenação do comitê se dá de forma colegiada, composta por representantes da sociedade civil e de instituições governamentais.

Criado em 1993, o IBISS|CO é uma organização da sociedade civil, comprometida com a promoção, defesa e vivência dos direitos humanos. Em suas ações, o Instituto valoriza as articulações entre os atores voltados para a questão dos direitos humanos e a promoção do protagonismo dos grupos em situação de vivência potencial de direitos.

Os territórios fronteiriços com suas características próprias que não é apenas a somatória de duas ou mais culturas, convivem no seu cotidiano com os limites impostos pelo modelo de desenvolvimento latino-americanos e com a resistência e criação dos seus próprios moradores. As fronteiras estudadas são locais de chegada, saída, passagem, sobretudo de violência de milhares de pessoas que por vezes convivem com o limite da política e dos direitos e, de outro lado, com o encontro de possibilidades de resistência e de avanços na garantia de condições de vida para crianças e adolescentes.

É nesse contexto que o estudo desta fronteira nos proporciona o entendimento da exploração sexual servida ao mercado sexual como cadeia produtiva própria, à cadeia produtiva do narcotráfico, como também ao turismo e ao comércio de produtos que está estabelecido na fronteira. Por outro lado, nos leva à compreensão mercado sexual que serve aos adultos, pertencentes ao próprio território bem como pelos que ali transitam, num processo permanente de reificação da sexualidade como mercadoria sejam dos adolescentes e de mulheres adultas.

A presente pesquisa partiu da pergunta: qual a dinâmica da exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras nas fronteiras Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai em Mato Grosso do Sul considerando as particularidades desses territórios. As diversidades e similaridades entre as fronteiras, permitem alisar os dados levantados considerando que estamos “tratando a realidade” que necessita de várias inserções para conseguir outras compreensões, posto que é muito pouco o que ainda conhecemos, especialmente a fala das crianças, adolescentes e mulheres desses territórios fronteiriços.

Esse estudo sobre ESCA na fronteira não tratou, portanto, de mapeamento quantitativo, verificação de casos de violência, nem tampouco da busca de culpado. A proposta é compreender as dinâmicas das violações de direitos sexuais, relacionando-as com as próprias dinâmicas das fronteiras. Para isso, foram levantados casos a partir de entrevistas com integrantes da rede de atenção à criança e ao adolescente de 12 (doze) municípios fronteiriços.

O relatório, a partir desta introdução está dividido em quatro títulos sendo: 1) Fronteiras, limites e exploração sexual de crianças e adolescentes; 2) A pesquisa contexto, problema e procedimentos; 3) Dinâmicas da exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiros na região de fronteira e, 4) Considerações desafiantes. Essas partes, embora possam ter aproximação de forma separada, é fundamental a interdependência entre elas, posto que se trata de uma pesquisa comprometida com os movimentos de direitos humanos, com a objetividade científica necessária ao que se propõe.

Por fim, todas as pessoas envolvidas e a envolver-se estão convidadas a novas investigações, questionamentos, sobretudo, aprofundamento sobre a realidade. Esta pesquisa propiciou um desvelar da realidade que não pode ser apenas um documento científico, sobretudo quer e pode ser um instrumento de intervenção na realidade que pode e será mais feliz para nossas crianças e adolescentes.

2 FRONTEIRAS, LIMITES E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: BREVES CONSIDERAÇÕES

2.1 Fronteiras e limites: do que estamos falando?

Oliveira (1998) ao afirmar que o Estado são formas territoriais de organização política, lembra que também os conceitos sofreram mudanças ao longo da história. No caso do conceito de limites de Estado, para a Europa, por exemplo, era o limite do reino extensivo às suas colônias. No caso da fronteira, o limite se deu entre os reinos de Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, o limite não ocorreu apenas do ponto de vista físico, mas também das línguas europeias que aqui se estabeleceram: português e espanhol.

Gadelha e Costa (2006), ao comentar sobre o estabelecimento da faixa de fronteira, remete a esta firmatura constitucional como resultante dos históricos processos de ditaduras por quais passaram os países latino americanos, sendo que pouco deles em certos períodos viveram experiências de democracia. Neste sentido, a delimitação do espaço nacional e a fronteira ser considerada a possibilidade de “invasão de território”, foi o marco principal no relacionamento entre as nações.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, define a faixa de fronteira, em seu parágrafo segundo, do artigo 20 como: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres (...), é considerada fundamental para defesa do território nacional” (Brasil, 1988).

Segundo Gadelha e Costa (2006), esta ideia está baseada na lei 6.634 de maio de 1979, onde o controle das fronteiras terrestres estava posto como defesa do território, dentro da concepção nacionalista do período ditatorial. O resultado prático desta concepção é que a ocupação desses espaços com cidadãos com direitos a serviços e bens públicos é suplantado pela ideia de perigo, portanto, de ações de segurança nacional.

Ocampo (2006) observa que o território fronteiriço pode ser um espaço do limite do Estado e que não dispõe de infraestrutura, portanto, espaços vazios. Esses vazios no encontro natural com o outro Estado integra-se formando uma espécie de terceiro espaço, gerando uma

sociedade peculiar daquele território e, por conseguinte, nem deste, nem daquele país, mas o território fronteira. O autor definiu fronteira observando suas características:

“fronteira” é um espaço territorial, sociológico e econômico, de relações de interdependência, de diversas manifestações da vida em sociedade e que é compartilhada, promovida e executada por grupos populacionais que se estabelecem de um e outro lado do limite externo dos países e que passam a construir um mesmo ambiente de interação no qual criam uma cultura própria de vida, às vezes diferente de cada uma de suas nações de origem (Ocampo, p. 110).

Gadelha e Costa (2006) observam uma negligência no que se referem ao desenvolvimento sustentável, qualidade de vida da população e a promoção de cidadania. O resultado disso são cidades limítrofes em situações deprimidas, tratadas como local isolado, afetadas, principalmente, por questões políticas, econômicas e diplomáticas de seus países.

Gallo, Costa e Bretas (2006), destacam que o acesso e a qualidade dos serviços públicos disponíveis nessas regiões são historicamente desfavoráveis. Se considerarmos que há um território físico bastante grande em Mato Grosso do Sul, então teremos um significativo contingente de pessoas que estão vivendo em localidades onde os serviços públicos não condizem com suas necessidades, sem terem ainda o apoio específico de estarem em regiões de fronteira.

Segundo Trevas (2006), o significado de fronteira está sendo modificado. Foi matizada a ideia de que seria necessária a criação de barreiras para preservar a soberania nacional, a partir de 1990 e, com o Mercosul, são fomentadas estratégias para desenvolvimento econômico de cidades e Estados fronteiriços, bem como implementação de políticas públicas para atender a comunidade que nessa região habita.

Silva (2009) afirma que o conceito de fronteira é multifacetado e a complexidade que deve ser estabelecida no seu conceito precisa, de princípio, considerar a fronteira como um território que tem como compreensão o material, ou seja, seus limites e fatos sociais que vão traçando quem são os seus e quem é o de fora. Por outro lado, a compreensão imaterial que tem o caráter de coação e que é composto de similaridades e diferenças culturais vão sendo adensadas, especialmente pela economia que se estabelece nestes territórios fronteiriços.

Costa (*et al*, 2006) afirma que é preciso observar cada território fronteiriço, pois são profundas as diferenças que estão estabelecidas não somente entre países como também entre os lugares de encontro de dois países, posto que as assimetrias também existem de um mesmo lado da fronteira. Por isso, embora se reconheça a necessidade de planejamento supranacional que vise suplantar a dívida social com essas regiões, a flexibilização das regras precisa ser considerada para que se responda à realidade de cada fronteira.

Trevas (2006) reconhece que há dificuldade no implemento de políticas públicas na área fronteiriça haja vista as diferenças entre os países envolvidos, seja no desenvolvimento socioeconômico, os divergentes interesses, bem como a legislação vigente em cada lado da fronteira.

Na criação de normas de tratamento da fronteira, é necessário se priorizar, segundo Costa (2006), a promoção e incentivo ao desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural regional, proteção aos direitos humanos, cooperação em áreas de educação, saúde, segurança pública, ações sociais e cidadania, formas de integração de fronteira, dentre outras formas de integração, desde infraestrutura urbana, física até acordos multilaterais.

As concepções acima corroboram com o pensamento de Ocampo (2006) sobre fronteira ativa a qual poderá ser identificada como o local onde se reconhece a existência de vínculo de solidariedade natural entre as comunidades vizinhas de ambos os lados da linha que divide os países. Embora pertencentes a diferentes jurisdições nacionais no limite dos Estados, a fronteira possui uma base demográfica estabelecida pela somatória de cada uma de suas populações.

Na compreensão sobre como ocorrem as vivências na fronteira, diferentes formas são explicitadas. Sastre (2010), por exemplo, afirma:

Há que fazer notar que as fronteiras são pontos de passagem. Trata-se de territórios pelos quais circulam pessoas que vêm e vão para regiões que bem podem ser consideradas integradas economicamente e socialmente. Assim, em hipótese, seriam pessoas que teriam acesso a informação. No entanto, uma vez ali, comportam-se de acordo com o conjunto de valores e possibilidades que um território como esse coloca. Pode-se entender a fronteira como um território de permissividade. Diante da ausência de instituições e de valores compartilhados, indivíduos terminam por permitir-se viver experiências que nas suas regiões ou cidades não viveriam. Usam o território de fronteira como um espaço cinzento no qual tudo é possível, inclusive, viver fantasias sexuais com crianças e adolescentes.

No que se refere à fronteira Brasil-Bolívia, Oliveira (1998) observa os aspectos desfavoráveis, presentes na região de Corumbá (MS), sendo eles, a prostituição, vinculada à atividade pesqueira, o tráfico de drogas e o comércio fronteiriço, com o aparecimento de produtos da região da Ásia, com preços acessíveis, na Bolívia. O autor afirma que observa que “[é] na fronteira que se evidenciam as distinções e semelhanças entre as normas legais e os hábitos culturais de diferentes países. Lá se burlam com mais intensidade as regras sociais tidas como legítimas” (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

Do ponto de vista de quem vive na fronteira, no entanto, é importante considerar que, segundo Rubens (2012) existe uma diversidade cultural proveniente de histórica

miscigenação de povos, vista em poucos municípios de Mato Grosso do Sul. Há um grande potencial e talento como a música e as artes cênicas, apreciadas e consolidadas ao longo dos anos. Isso cria um evento de fronteira, pois em ambos os lados acontecem atividades culturais que agradam a todos.

Cunha (2012) descreve a fronteira como a separação de dois países pela Avenida Internacional, cujo encontro ocorre justamente na via central das duas cidades, compondo uma fronteira denominada como “seca”, sem barreiras, formando um único e indissolúvel complexo geoeconômico, dividindo problemas e somando soluções. Possui características únicas, em razão de sua miscigenação e produções artesanais, englobam heranças culturais dos dois povos. Isso rompe os limites territoriais, dando características peculiares às fronteiras e valorizando sua cultura como específica.

Do ponto de vista de Schabib (2011), Corumbá tem um patrimônio histórico significativo que é “o seu povo, de culturas heterogêneas, cosmopolitas e resultantes da intensa miscigenação”.

Do mesmo modo, Hany (2011, p. 25) entende que, embora a fronteira seja vista como “covil de delinquentes e desalmados”, é um local de muita cultura: “longe desse clichê desbotado e mesquinho, aqui temos gente, vida, cultura, paixão, luta e muita história de vida, sempre presente”.

É neste contexto de intensas contradições e significados de fronteira que ocorre o viver: estar nela; passar por ela e, o pensar sobre ela. É nesse território que se problematiza a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo Oliveira, esta é uma situação que tem se tornado mais visível dos dois lados da fronteira:

vinculada diretamente ao crescimento da atividade pesqueira e ao próprio desenvolvimento do lado boliviano. Ao longo dos anos noventa, foi visível o nascimento de casas noturnas “wiskerias”, “boites”, com shows de strip-tease e disponibilidades para o “negócio de sexo”. (...) Entretanto, essa não é a causa única do aumento da prostituição. Por toda a cidade, encontramos agenciadores de “mulheres”, os quais oferecem a venda de “sexo seguro, especializado, com garotas que variam de 14 a 40 anos” (sic) (OLIVEIRA, 1998, p. 58-59).

É por isso que, discutir os conceitos de fronteira e de exploração sexual torna-se fundamental.

2.2 Posicionamento político-conceitual sobre exploração sexual de crianças e adolescentes

A pesquisa científica com as características metodológicas de ser participativa exige do COMCEX|MS o posicionamento conceitual referente a direitos sexuais de crianças e adolescentes, construído exatamente no trato da pesquisa que promove o encontro da realidade com os pensadores que nos antecederam. Consideramos que os direitos sexuais se inserem no contexto dos direitos humanos e são balizadores de uma infância saudável, livre de discriminações tanto do ponto de vista das crianças, como na educação destas no relacionamento com as demais pessoas. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu artigo 3º, temos que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Os direitos sexuais, portanto, estão garantidos como sendo intrínsecos a todos os direitos e a garantia deles ocorre com responsabilidade compartilhada da família, comunidade, sociedade e governo. Além disso, como inscreve o Art. 5º. da mesma Lei, a criança deverá ser livre de quaisquer formas de violação de direitos como “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1990)

A sexualidade como um dos universos da vida humana que se processa como aprendizado e se manifesta em diferentes fases da vida, precisa ter garantida a sua vivência como criança e adolescente, exatamente nos mesmos preceitos do ECA, ou seja, sujeitos de direitos e pessoa em desenvolvimento. Portanto, negligência das políticas públicas e da família em informações e proteção; discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ou por gravidez; violências de gênero e geração no que se refere à erotização precoce; opressão religiosa e não acesso às informações seguras e livres de preconceito, como também a crueldade do abuso sexual e da exploração no mercado sexual, constituem parte do que poderíamos descrever como violação dos direitos sexuais.

Aprofundaremos melhor o conceito de exploração sexual, posto que ele foi o fundamento para a compreensão da realidade na fronteira, muito embora não seja possível considerar a exploração sexual comercial –ESCA, sem que as demais tenham corroborado para a sua existência. O conceito de ESCA ora se apresenta abrangente ora, reduzido.

Faleiros (2000), em citação feita por Santos (2007), observa que “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (Faleiros, 2000, p. 9 *apud* Santos, 2007, p. 121).

Se por um lado, o problema é visto sem atenção às suas especificidades, sendo tomado como qualquer forma de violação de direitos, por outro, pode ser percebido, no senso comum, como algo simplório, restrito à relação intersubjetiva (agressor e vítima). Esse quadro menor deixa fora de suas molduras componentes importantes para o entendimento da violação.

Mas o problema da redução do que é exploração sexual não é apenas da ordem do senso comum. Também pode se estender à própria ação teórica de conceituá-lo. Na busca de situar conceitualmente a exploração sexual, Santos (2007) critica o uso genérico dessa expressão, que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante comumente conferido à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizante que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual. Toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros¹, diferentemente de Santos, inclui no conceito de exploração sexual o trabalho sexual autônomo. Conforme ela, “na exploração sexual do mercado do sexo, os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (na maioria das vezes informal) com os empregadores”. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “trabalho sexual autônomo” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar, no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o

¹ Em apresentação no Simpósio “Pesquisa, Extensão e o Enfrentamento da Exploração Sexual”, realizado em Goiânia nos dias 20 e 21 de agosto de 2009.

desenvolvimento da sexualidade e as situações de vulnerabilidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações profundas dos meios onde vivem.

A atenção para as múltiplas facetas da ESCA, que podem ser entendidas como camadas associáveis que se movimentam das totalidades para as particularidades, aparece sistematizada, entre outros autores, em Libório (2007). A sistematização da autora é ampla, incluindo toda violência sexual e assim classifica suas categorias explicativas:

São elas: a violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional), a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares), aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/violência e violação de direitos (LIBÓRIO, 2007, p. 26).

Ao focar a atenção na “violência estrutural” (nos termos de Libório), este estudo não desconsidera outras categorias – pois não haveria como dissociá-las. Essa compreensão de que a violência ocorre simultaneamente em diferentes âmbitos minimiza a importância da prática sexual da criança e adolescente ser autônoma ou agenciada. Afinal, a relação não se estabelece apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja a exploração visível (na camada mais imediata) por parte de um agenciador, a criança e o adolescente continuam sendo explorados, pois devem ser consideradas as interferências de outras camadas. Scandola (2012) afirma que além dos âmbitos acima explicitados, há a violência institucional que se estabelece entre as diversas violações e a ação das políticas públicas. Conforme a autora,

Ao aprofundarmos a compreensão do movimento entre as diferentes dimensões da violência, percebemos a indissociabilidade, a simultaneidade e potencialização entre estas. Ou seja, sedimentam a “normalidade” da realidade vivenciada e ainda aprofundam a assimetria entre a violação de direitos (a partir da ordem estabelecida) e a garantia de direitos (que significaria uma nova ordem econômica, social, cultural, institucional e interpessoal) a partir da criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. (SCANDOLA, 2012, p.7)

Há situações registradas em campo em que meninas e meninos não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual. Trata-se de uma violação sexual que não é somente abuso, mas sem a ocorrência de uma transação comercial explícita, própria da ESCA. Nesses casos, percebeu-se que a relação de troca era de outra ordem: a “recompensa” pela prática sexual correspondia à provocação pelo autor de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais (lazer, viagens, vestuário e alimentação) ao cotidiano das meninas

com os direitos violados, o que suscita uma ilusão de *status* e de ganho. Trata-se de um pagamento simbólico.

Assim, neste estudo, exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito aos relacionamentos sexuais, nos quais se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, podendo existir ou não intermediação para a prática sexual e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico.

Por fim, deve-se dizer que essas duas dimensões – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. Bourdieu (2005) afirma que no espaço social capitalista, pessoas e grupos se distanciam e se aproximam conforme seus capitais materiais e simbólicos. A ascensão no espaço social decorre do acumulado desses capitais. Para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo, ganho de capital material, senão vejamos: ao homem em situação de cliente, principalmente, elevação de capital simbólico (será bem visto como *o homem, o macho*, em um contexto machista e adultocêntrico); intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material, sobretudo; e à criança e ao adolescente, como visto, retornos material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, valorização da homossexualidade ou travestilidade, condição de autonomia e liberdade). É importante salientar que essas “elevações de *status*” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema.

As violações de direitos não nascem, simplesmente, das vontades das pessoas. As vontades, os desejos, são alimentados pelo contexto material – neste caso, marcado por relações que se estabelecem com o sistema capitalista (que não está restrito à dimensão econômica, mas abarca as demais dimensões: sociais, culturais, políticas, etc.). É, assim, necessário observar a presença do capital e as características de fronteira para se compreender a ESCA neste território. O ideal de consumo, apregoado pelo capital, e as particularidades da fronteira são campos favoráveis à atuação do mercado sexual, que transforma alguns em mercadorias para satisfação de outros. Nesse sentido, a aparente liberdade da menina ou menino que atravessa a fronteira para realização de programas sexuais e/ou uso de drogas é resposta positiva à sedução do capital e negativa às violações de direitos, das quais imagina se ver livre ao cruzar para o outro país.

Essas considerações permitem traçar o posicionamento conceitual de ESCA neste estudo. Trata-se de uma violação dos direitos humanos sexuais agravada pelas condições materiais e pelos pensamentos construídos num determinado território e manifestada, de modo imediato, na prática sexual, intermediada ou não, entre alguém com algum poder de

compra (material e/ou simbólico) e a criança ou adolescente, tornada mercadoria. O poder de compra material pode ser dinheiro ou produtos diversos; e o poder de compra simbólico é, por exemplo, a ilusão de consumo, de liberdade e de vida melhor sem que haja algum tipo de pagamento material.

Na fronteira, contexto de contradições entre violações de direitos e afirmação da identidade fronteiriça, a exploração sexual de crianças e adolescentes decorre também da compreensão que mescla a aventura e o desejo de conhecer o diferente e o novo e, portanto, contendo a força e a coragem da juventude, aliadas ao uso adultocentrado capitalista dessas mesmas crianças e adolescentes como mercadoria dentre as demais.

Nesta fronteira em estudo, a exploração sexual serve ao mercado sexual como cadeia produtiva própria, à cadeia produtiva do narcotráfico, como também ao turismo e ao comércio de produtos que está estabelecido na fronteira. Por outro lado, serve também para atender adultos que vivem nesses próprios territórios, num processo permanente de reificação da sexualidade como mercadoria.

3 A PESQUISA: CONTEXTO, PROBLEMA E PROCEDIMENTOS

3.1. Problema de pesquisa e referenciais empíricos

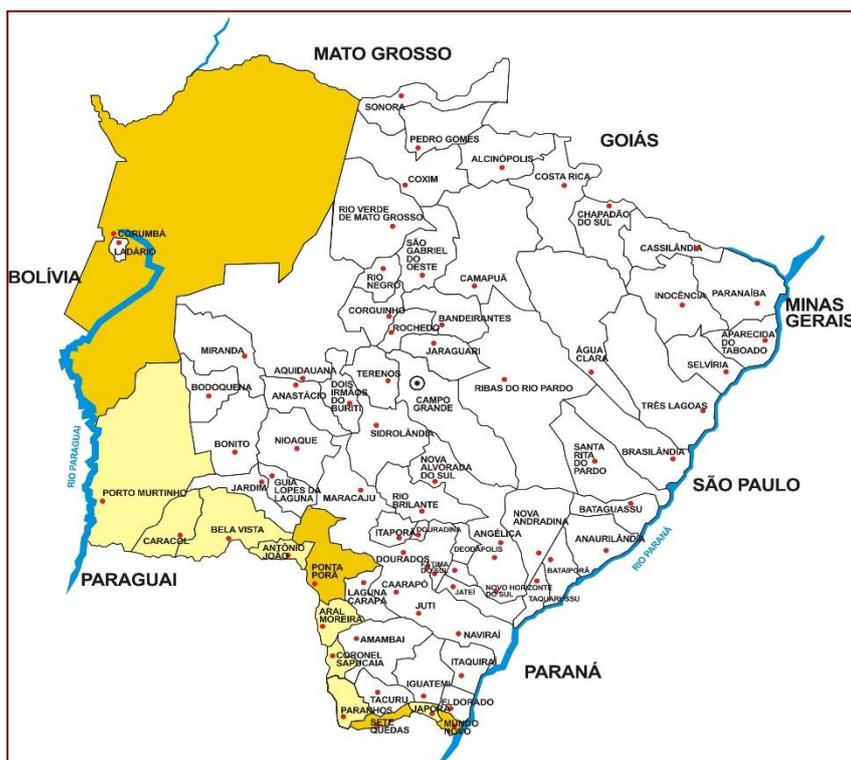
O estudo partiu do seguinte problema: Como ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras praticada nas fronteiras Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai em Mato Grosso do Sul considerando as particularidades desses territórios?

Há intrínseco neste problema o entendimento de que as violações de direitos resultam das condições materiais e os significados de um determinado território e, como neste se constrói a representação do viver neste lugar que não é aqui, nem é lá – é o viver aqui e lá numa continuidade de espaço e tempo.

As diferentes concepções do que é fronteira, seja pelos estudos de “fora”, os estudos “a partir dela” e os significados de quem a vive precisam ser considerados. Neste sentido, as fronteiras de Mato Grosso do Sul compõem diferentes territorialidades num conjunto de territórios fronteiriços. Por isso, mesmo considerando que possuem diferentes características e similaridades entre as regiões fronteiriças, as violações não são as mesmas, nem tampouco a compreensão sobre elas. O recorte que fizemos, desta forma, embora pareça positivado na concepção de espaço físico de municípios de fronteira, compreendemos que neles há diferentes territórios e estes se relacionam com outras territorialidades, portanto, singulares e, ao mesmo tempo, particulares na nossa compreensão das problemáticas referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo, capazes e possíveis de construir realidades distintas do que foi estudado.

O recorte do estudo compreende 12 municípios sul-mato-grossenses, que fazem divisas com cidades da Bolívia e do Paraguai. São os seguintes: Corumbá, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo. Essas cidades fazem divisa com o Paraguai (a maioria) e a Bolívia (apenas Corumbá), como pode ser visto no mapa abaixo:

Figura 1: Mapa de Mato Grosso do Sul, destacando as cidades de fronteira.



Fonte: Site www.ibge.gov.br

De modo geral, as cidades de fronteira em Mato Grosso do Sul não são populosas e estão entre as mais pobres, com exceção de Corumbá². A população total dos 12 municípios era, em 2010, 329.134 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso corresponde a 13% da população do Estado, de 2,45 milhões de pessoas. Ainda segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios variava, em 2009, de R\$ 39,35 milhões a R\$ 2,71 bilhões. A maioria (dez cidades) têm PIB abaixo da média estadual, de R\$ 466 milhões. Quatro municípios fecharam 2009 com riqueza inferior aos R\$ 100 milhões, entre os quais está Japorã, a cidade mais pobre de Mato Grosso do Sul. Esses dados constam da tabela abaixo:

Figura 2: Quadro demonstrativo dos municípios de fronteira em MS: população e PIB

Município	População	PIB (em R\$ 1000)
Corumbá	103.703	2.715.507
Porto Murtinho	15.372	227.899

² Corumbá, com PIB de R\$ 2,71 bilhões, causa a falsa impressão de riqueza. O PIB da cidade, acima da média estadual, resulta da exploração das reservas de minério de ferro – a riqueza é, assim, grosso modo, da mineradora Vale e não dos corumbaenses em si.

Caracol	5.398	74.385
Bela Vista	23.181	224.437
Antônio João	8.208	154.354
Ponta Porã	77.872	821.486
Aral Moreira	10.251	208.041
Coronel Sapucaia	14.064	88.014
Paranhos	12.350	112.091
Sete Quedas	10.780	83.202
Japorã	7.731	39.353
Mundo Novo	17.043	175.221

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

De acordo com o Mapa da Violência 2010, elaborado pelo Instituto Sangari, a região fronteira sul-mato-grossense é marcada por índice acentuado de mortes violentas. Das 300 cidades brasileiras com taxas médias mais elevadas de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos, 13 são de Mato Grosso do Sul, sendo nove da fronteira (Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Japorã, Porto Murtinho, Corumbá e Mundo Novo). Dos municípios de fronteira, apenas Caracol, Bela Vista e Antônio João não estão na relação. Os que não são de fronteira e estão na lista são: Amambai, Campo Grande, Água Clara e Iguatemi. A taxa de homicídios de Coronel Sapucaia é a quinta maior do País.

Os municípios de fronteira elencados para este estudo têm diferentes relacionamentos com os demais aglomerados urbanos/rurais do Paraguai e Bolívia, sendo alguns deles contíguos, outros com caminhos e estradas para chegar à fronteira e ainda um deles por rio que é Porto Murtinho. Estas características, embora importantes para a pesquisa não foram decisivas na compreensão da exploração sexual e a relação com o território de fronteira, posto que trabalhamos mais com a ideia de representação da fronteira do que propriamente espaço físico de fronteira, uma vez que esta característica, desde o início dos estudos, sobressaiu-se na compreensão do nosso “problema de pesquisa”.

3.2. Procedimentos metodológicos

O projeto Fortalecimento do COMCEX/MS previu, em suas ações, a realização deste e de outros cinco estudos sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Os detalhes de cada estudo foram construídos coletivamente pelos técnicos do IBISS|CO, integrantes do COMCEX/MS e pessoas ligadas à defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Dessas discussões, resultou a construção de projetos de pesquisa relativos a cada estudo e que foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEP/UFMS). Esta pesquisa foi aprovada com o protocolo de no. 1428 do CEP-UFMS, de 6 de agosto de 2009 (anexo A).

A pesquisa de abordagem qualitativa - não se preocupou em contar o número de casos, mas o significado que eles contém - combinou as técnicas de entrevistas com fontes privilegiadas por meio de questões geradoras que possibilitaram a coleta de dados objetivos com a observação participante em locais brasileiros considerados *a priori* como possibilitadores para a ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

O trabalho de apuração foi enriquecido com uma série de reportagens produzidas por jornalistas integrantes do projeto no âmbito do Prêmio Tim Lopes³, bem como com os pesquisadores de campo também moradores das localidades abrangidas pelo estudo.

Antes de iniciarem a pesquisa de campo, os técnicos participaram de um curso de capacitação acerca do tema exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre conteúdos e técnicas da pesquisa qualitativa, num curso de 16 horas-aulas e foram realizados, em parceria com a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, em Campo Grande (MS).

A definição que os dados seriam levantados a partir de situações de exploração sexual que contivessem a diversidade de localidades, gênero, orientação e identidade sexual, como também, necessariamente se relacionasse, em algum momento, com a fronteira física, ou seja, vindo, indo e vindo ou simplesmente indo a outro país, atravessando a linha de fronteira

³ O Prêmio Tim Lopes é realizado a cada dois anos pela Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), Childhood Brasil (Instituto WCF) e Save The Children Suécia. Neste caso, foi apresentada a proposta de estudar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas fronteiras de Mato Grosso do Sul, com a participação dos jornalistas Osvaldo dos Passos Pereira Júnior, Gabriel Agarie e Ivanise Hilbig de Andrade, todos integrantes da pesquisa do Comcex-MS e o veículo de comunicação parceiro foi o Jornal Correio do Estado em Campo Grande-MS.

seriam definidores de quais descrições entrariam no estudo em questão. A partir daí, estabelece-se que os pesquisadores de campo, ouvindo os trabalhadores das políticas, elaborariam um sumário do caso visando compreender os processos que ocorreram.

A partir das entrevistas com as fontes privilegiadas, especialmente trabalhadores das políticas públicas de assistência social, saúde e conselheiros tutelares, as situações foram sendo discutidas entre a equipe e se elencando no conjunto de situações a serem estudados ou não. Entre as situações comuns e que foram consideradas para entrar na pesquisa foi o desaparecimento temporário ou permanente com notícias que estão/estavam do outro lado da fronteira; abrigo temporário; internação em clínica de desintoxicação ou mesmo situações de retorno às famílias, escola, mas que tinham descrição de exploração sexual e vivência transfronteiriça. Foram também inseridas situações que consideramos importantes, cujo relato não partia de uma criança ou adolescente, mas sobre um violador ou grupo de violadores e que estavam amplamente conhecidos na comunidade ou noticiado na imprensa e relatado por um dos entrevistados. Todas as situações descritas para esta pesquisa referem-se a crianças e adolescentes brasileiros.

A organização dos dados (apêndice A) ocorreu com nomes fictícios das crianças e adolescentes, bem como a localidade também não foi explicitada. De posse dos dados e das situações levantadas em cada município brasileiro, foi realizada uma reunião de trabalho com os pesquisadores de campo e a coordenação da pesquisa e levantados os eixos que mais se sobressaíam nas observações e relatos. Assim, constituiu-se o roteiro de análise que, ao mesmo tempo que era confrontada com a teoria levantada, exigia novos estudos.

Ao final, é de consenso da equipe que os dados ainda tem muitas análises que podem ser realizadas e dados que podem ser cruzados, ou seja, este relatório é o que foi possível dentro dos prazos disponíveis e é uma base para novas investigações seja com estes mesmos dados, ou com outros que vierem a ser captados.

Ressalte-se que no compromisso ético da pesquisa, especialmente com as crianças e adolescentes com direitos violados, todas as situações descritas são de amplo conhecimento da rede de garantia de direitos e, em nenhum caso, foi necessário noticiar sobre os fatos. A pesquisa tem o compromisso de ser amplamente divulgada, disponibilizada nos sites de diferentes organizações e apresentada oficialmente nos colegiados que tratam dos direitos da infância.

4 DINÂMICAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS NA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL

Após intensa discussão entre os pesquisadores, foram selecionadas 26 (vinte e seis) situações a serem consideradas na análise desta pesquisa. Deste total, 5 (cinco) são relatos a partir de fatos coletivos ou a partir da atuação de aliciadores, ou seja, não se trata de uma criança ou adolescente como originária do relato, mas a situação que violou os direitos das crianças, adolescentes e jovens.

Dentre os 21 (vinte e um) relatos que têm como centro a/o adolescente, há diversidades sexuais de orientação e de identidade de gênero, muito embora a maioria dos relatos a partir de fontes da rede de garantia de direitos não tenham explicitado esta condição. Desta forma, é possível que situações relatadas tenham a presença de homossexuais que, pela inobservância ou por sua não autodeterminação, não tenham sido explicitadas.

A análise das situações, para melhor compreensão, seguirá em quatro blocos, tendo em vista as evidências que mais se sobressaíram na organização dos dados: violências, mobilidades, aliciamento e a realidade atual. Mesmo considerando que a análise da rede de atenção aos direitos de crianças e adolescentes não é objeto de análise desta pesquisa, é intrínseco ao conhecimento da dinâmica de exploração sexual que se instala na fronteira, surgir comentários sobre a rede o que, no entanto, não aprofundaremos.

4.1 Violações de direitos e exploração sexual

A exploração sexual é antecedida e facilitada por outras violações, que acrescentam vulnerabilidades aos adolescentes. Nos relatos de campo, podem ser identificadas situações de violência física, sexual, transtornos mentais, dependência química, gravidez e, sobretudo, conflitos no âmbito da família. Registre-se que a maioria dos depoimentos colhidos na rede de garantia de direitos, localiza nas famílias, especialmente na relação com as mães, o centro dos conflitos, como pode ser observado nos relatos que seguem:

A menina, por ter epilepsia, era superprotegida pela mãe, que queria impedir que ela fosse a festas. A adolescente discutia muito com a mãe e dizia, nos atendimentos, que sua casa parecia uma prisão. A mãe não recebe bem Roberta [quando volta grávida] e repete, a todo o momento, que tem nojo daquela barriga suja, que era uma criança sem pai. (Roberta)

Em um dos auge dos conflitos, a mãe de Paula raspa todo o cabelo da menina para tentar, assim, impedir que ela saísse de casa. No entanto, isso desembocou na fuga da adolescente com o namorado, de 24 anos. A mãe, sem saber o paradeiro da filha, busca o Conselho Tutelar e a polícia. Nas discussões em casa, a mãe dizia à Paula para sumir, ir embora, que não prestava, que era vagabunda e oferecida, entre outras ofensas. A mãe alegava não dar conta de criar a filha, pois ela era rebelde e não parava em casa, só queria saber de namorar. Por fazer hemodiálise, a mãe era fisicamente debilitada e nas brigas com a filha era, muitas vezes, empurrada e caía. A adolescente disse inúmeras vezes em atendimento que odiava a mãe (Paula)

Uma das formas de visibilidade da violência é a gravidez assumida sozinha pelas mulheres, especialmente aquelas mais jovens e que estão em situação também de violação de direitos como o caso da ESCA. Em uma das situações relatadas (Roberta), a adolescente, que tem epilepsia, é engravidada por um dos clientes. A menina procura a mãe, mas não é aceita inicialmente e, então, volta para a Bolívia. Após, retorna para buscá-la, como relata uma das fontes:

A gravidez é de risco. Roberta frequentemente passa mal e tem ataques epiléticos. Perto de dar à luz, o cliente insiste para a adolescente voltar para a casa da mãe e promete que sempre iria visitá-la. A menina obedece, volta para a casa da mãe. (Roberta)

Esta situação relatada coloca em cheque a discussão sobre os papéis sociais desempenhados historicamente na sociedade pelas mulheres e a perpetuação do cuidado com os filhos. A ausência das paternidades vai aparecendo naturalizada nos depoimentos, não mudando de geração em geração. São essas mesmas mães-mulheres, avós, tias e irmãs que, no conflito cotidiano da educação com as meninas e meninos, também buscam a rede de atenção para garantir sua segurança e retorno, conforme pode ser observado nos depoimentos:

Um dia após uma briga em casa, a adolescente, então com 13 anos, sai e fica desaparecida. A mãe, desesperada, procura o Conselho Tutelar e a polícia. A menina foi encontrada algum tempo depois em outro bairro, com algumas tatuagens e usando drogas. (Juliana)

A mãe ficou nervosíssima tentando localizar o tal namorado e não conseguia. Resolveu, então, ir ao Conselho Tutelar para que obrigassem o rapaz a casar com a sua filha. (Claudia)

Quando a mãe soube da detenção da filha, procurou o Creas e o Conselho Tutelar. Esses órgãos conversaram com as autoridades da Bolívia e conseguiram trazer a menina de volta ao Brasil. (Mariana)

Aos policiais, ele disse ter dado R\$ 5 à Alessandra para que a jovem atravessasse a fronteira, em direção ao Paraguai. Ao ser informada da situação, a mãe da adolescente entrou em contato com amigos e conhecidos no Paraguai. (...). A polícia paraguaia e o consulado brasileiro foram comunicados. (Alessandra)

A irmã mais velha procurou uma professora para pedir que aconselhasse a jovem. (Sandra)

A mãe começou a perceber que o filho, além de aparecer em casa com roupas novas e presentes, também estava deixando o estudo de lado. Sem entender o que estava acontecendo, buscou o Conselho Tutelar (Gustavo)

Mesmo com a ausência da figura masculina e tendo o foco de conflitos nas mães, a rede de garantia de direitos refere-se a elas como o ponto de chegada e de partida dos encaminhamentos para as situações.

Nos relatos que se referem a homossexuais masculinos e travestis jovens, em todos eles, na sequência da situação de “estar fazendo programa”, há o registro do distanciamento da escola e dos conflitos familiares advindos desta orientação sexual/ identidade de gênero. Nas situações que descrevem as travestis, além das discriminações que podem ter ocorrido nesses âmbitos citados, é fulcral a observação que a prestação de serviços sexuais ocorre no outro lado da fronteira. Não significa que não haja exploração sexual do lado brasileiro, mas é na travessia para “outro país” que se sente livre para o que quiser fazer. Diante das organizações brasileiras, não se sente protegida nos seus direitos, como afirma um depoimento: *“pedi para me ajudarem a tirar o documento de identidade, mas nunca fizeram*

nada. Só me enrolaram (...) minha vida não é de interesse do Conselho Tutelar” (Cris e Sthephanny).

Acerca da dinâmica da ESCA na fronteira, também é constante nos relatos a presença de drogas ilícitas, seja os adolescentes como usuários e dependentes ou sendo utilizados também na rede do tráfico de drogas. Os trechos dos relatos abaixo ajudam a dimensionar essa situação:

Claudia contava aos profissionais da rede de proteção que todas as vezes que ia à casa de Denise, ingeria bebida alcoólica e outras drogas, e acabava por fazer programas com rapazes. Isso foi virando rotina: os programas com diversos homens e consumo de bebida cada vez maior. A adolescente contava nos atendimentos que os programas eram realizados com homens ricos. Contou que certa vez (época de uma Copa do Mundo), chegaram à casa de Denise alguns homens com malas cheias de joias e presentearam as meninas que assistiam a um jogo pela televisão. Seriam traficantes de drogas. (Cláudia)

A família perde o controle sobre a adolescente, que, com 12 anos, começa a usar drogas e fazer programas arranjados pela tia. Cristina passa a frequentar bares e ranchos, onde realiza os programas, e o número de parceiros aumenta cada vez mais. (Cristina)

Elas são atendidas no Creas, mas não são assíduas, pois saem, muitas vezes, da cidade. Elas fazem programas sexuais e são usadas para o tráfico de drogas. A casa de uma das meninas serve de boca de fumo. (Garotas avião)

Uma moça maior de idade é quem convidou Helena e outras meninas a entrarem no mercado do sexo oferecendo dinheiro e drogas. (Helena)

A menina, ainda com 13 anos, passou a se envolver com drogas e fazer programas sexuais. Sai da casa da avó e passa a não ter moradia fixa – pula de casa em casa de parentes. (Ana)

Com o tempo, a adolescente passa a se envolver com drogas e a fazer programas sexuais na Bolívia. Também ficava embriagada pelas ruas e praças bolivianas. (Renata)

Passado um tempo, Fátima começa a receber atendimento no Creas e é encaminhada a um abrigo. Ela fugia constantemente para adquirir drogas. (Fátima)

A adolescente estava sozinha e desacordada na casa. Ela havia consumido bebidas alcoólicas e cocaína na companhia de três homens que haviam fugido do local (Alessandra).

Além dos papéis de consumidores como também de transportadores das drogas ilícitas, muitos adolescentes e jovens que estão na exploração sexual podem ter dívidas com ambas as redes: do tráfico e da exploração sexual. Também podem realizar a paga da dívida com drogas por meio de programas sexuais, como relatou um trabalhador da rede de garantia de direitos que informa como sendo esta prática “humilhante e deixa os meninos muito mais revoltados”.

No entanto, há que se considerar também que o trabalho no mercado sexual é favorecedor do uso de substâncias psicoativas quando a trabalhadora tem pouca autonomia sobre o que faz, está sob pressão no trabalho ou ainda vê nas drogas, a possibilidade de libertar-se das amarras, ou seja, dos julgamentos em que possa fazer de si mesma. Além de tudo isso, ainda há, no mercado sexual, a pressão pelo consumo junto com o cliente como forma de aumento de lucro para os donos do local.

À embriaguez há duas explicações: a primeira é que as garotas recebem uma porcentagem das bebidas destiladas consumidas pelos clientes; a outra é aguentar o sofrimento. Segundo a adolescente: ‘a exploração sexual é muito ruim porque lá (nos prostíbulos) você apanha’. (Rafaela)

A força de repressão da rede de tráfico de drogas atua como um dos fatores que inibe a ação da rede de proteção das crianças e adolescentes. Uma profissional do Creas de uma das cidades de fronteira contou que uma colega, baleada possivelmente por pessoas ligadas ao tráfico de drogas, recomendou a ela que deixasse a região. “Ela me disse: ‘vai embora, não fique aqui, é muito perigoso’”. Essa profissional também quase foi vítima de um atentado. O menino, encarregado de “fazer o serviço”, perseguiu-a por um tempo e depois terminou, aos choros, confessando o que estava sendo obrigado a fazer. O adolescente era um dos atendidos pelo Creas.

Além dessas violências, há outros fatores que tornam fértil o solo para a ação de aliciadores no território de fronteira. Entre eles, tem relevo a violência sexual. Os dois fragmentos a seguir tratam dessa questão:

Ela fora abusada sexualmente por um primo quando tinha oito anos. De acordo com informações da rede, a menina também fora estuprada por um rapaz na escola. (Paula)

Segundo o adolescente, o aposentado fazia programa com ele. Quando Anderson decidiu não atender mais as solicitações do homem, ele ameaçou estuprar a irmã mais nova do adolescente. (Anderson)

Em ambas as situações os dois adolescentes não se referem às atuais atividades sexuais como violência, mas àquelas do âmbito familiar. A representação do “estar fazendo programa” não configura o papel de “vítima” tão esperado pela rede de garantia de direitos⁴. A nomenclatura destinada a esses sujeitos em desenvolvimento não se encontra com a representação que os próprios adolescentes têm de si e da atividade sexual. Parece que há um certo incômodo quando o adolescente não admite ser “vítima”. Em análise de entrevistas realizadas com adolescentes na fronteira com a Bolívia, em Corumbá (MS), Kassar et al (2005, p.42-43) evidenciam esse incômodo:

J não se reconhece como uma garota de programa, mas diz que possui muitas amigas nessa situação. Segundo sua percepção, ela não faz programas, pois nunca recebeu dinheiro em troca, apenas presentes que às vezes alguns oferecem e ela aceita, principalmente quando é alguma coisa que ela quer e não pode comprar.

Outro caso é (F, 12)⁵, que não se identifica como explorada sexualmente, mas diz que dança em troca de bebida. Ela também afirma que mantém relações sexuais com seus namorados e ‘ficantes’ e que recebe presentes.

O adolescente contou que foi “convidado” para esta vida nova por uma amiga da escola que tem a mesma idade. Os carros que paravam na praça, alguns eram de clientes já marcados e, outros, eram de colegas que lhe dariam carona até a Bolívia. (Gustavo)

Além disso, há um forte apelo ao consumo, em que a situação de pobreza é um elemento importante de vulnerabilidade, posto que o acréscimo de dinheiro e de consumo é fortemente propagado pelos aliciadores. É necessário observar que é constante nos relatos relacionar a exploração com a pobreza, pois as violações ocorridas entre os pobres são socialmente mais visíveis – os meninos e as meninas das situações levantadas foram atendidos pela rede de proteção à criança e ao adolescente, aonde, de modo geral, chegam as violências acontecidas entre as famílias de baixa renda.

⁴ Consideramos também que, mesmo na Rede de Garantia de Direitos, há diferentes posicionamento sobre “de quem são vítimas” as crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. O mais comum é o conceito dual de vitimização, ou seja, violador e violado. Neste caso, o mais comum é considerar como violador, no máximo, o contratante dos serviços sexuais.

⁵ Os autores usam, entre parênteses, a letra “F” para designar o sexo feminino e “M”, o masculino. A letra é acompanhada de um número (neste caso, “12”), que corresponde à idade.

Há, assim, um paradoxo: a rede do crime, que explora, usa estratégias da ilusão de liberdade, consumo, como também do afastamento da violência que foi focalizada na família; a rede de garantia, que deve proteger, perde-se na frieza das instituições e, muitas vezes, é míope ao enxergar o adolescente apenas pela moralidade. Scandola (2009, p. 4-6) chama a atenção para as diferenças de estratégias do mercado sexual e da rede de proteção impregnada da moral da caridade e, a esta perspectiva, a autora contrapõe a percepção da ESCA a partir da ótica do capital. Afirma:

A exploração sexual trabalha com o imaginário do consumo [e] os românticos (...) querem trabalhar com a ideia da exploração sob a ótica da moral sobreposta à ideia do capital (...) [concebem] cada menina ou menino [como] um “pobrezinho passando fome”. (...) Se não desmistificarmos essa verdade (...), continuaremos trabalhando com falsas premissas do que são crianças e adolescentes no mundo globalizado, ou seja, alvo e partícipe do consumo que constrói suas identidades etárias a partir das localidades e globalidades... do conflito permanente na busca de seus lugares sociais e de seu protagonismo no consumo.

Mesmo considerando a inserção dos adolescentes no mundo globalizado do consumo, há uma característica importante desta fase etária: viver em grupos. A companhia de outros adolescentes na mesma situação tem diferentes significados: a amizade, a diversão como também o apoio diante de problemas que podem advir nesses deslocamentos fronteiriços, especialmente a previsão do perigo. O relato da educadora informa que “nos atendimentos, ela contava que ia à Bolívia com mais duas amigas para ‘curtir as festas’. Segundo a profissional da rede, a menina fazia programas em uma boate boliviana” (Paula).

Nessas situações analisadas sob a ótica das violências aparentes e que impulsionam os/as adolescentes a outros mundos de violência, há as violências estruturais que as alicerçaram como a não efetividade de políticas para a juventude, a moralidade sexual baseada na heteronormatividade, sobretudo o machismo que normaliza a responsabilidade das mulheres no cuidado dos filhos e suas gravidezes, bem como a assexualidade de meninas como regra. Todas essas violências são ressoadas nos gestores e trabalhadores das políticas sociais que expõem no seu discurso, as mesmas regras do senso dominante, como pode ser observado nos relatos das situações.

É nessas contradições presentes na sociedade e reverberadas na fronteira, que se constitui o viver entre o lado de cá e o lado de lá. Um território que, ao mesmo tempo é diverso e com atrativos multiculturais, é uno no modo de viver e construir a identidade da juventude que, a rigor, convive com os mesmos problemas de outros lugares que não são fronteira, acrescido de buscas: do diferente; da ideia de liberdade plena; da não fiscalização;

da não violência por parte da família ou das autoridades instituídas. Ao mesmo tempo, o encontro com as organizações e pessoas que as exploram sexualmente sob o manto do prazer e do consumo.

4.2 A (i) Mobilidade nas fronteiras

A ESCA possui aspectos comuns em diferentes territórios. No entanto, as especificidades de cada território aprofundam determinadas características da ESCA. No caso da fronteira, uma particularidade dessa violação de direitos que tem destaque é a intensa mobilidade: as/os adolescentes nem sempre realizam os programas em suas cidades; geralmente, atravessam a fronteira (o mais corriqueiro) ou viajam para outros municípios e, até mesmo, estados – situação que remete ao tráfico de pessoas. Com relação à movimentação de adolescentes, na maioria dos casos são mencionados trânsitos entre os dois lados da fronteira. Isso é perceptível em fragmentos como:

Ela ficou três anos na Bolívia e só retornou em 2010, por ficar sabendo que a doença da mãe agravara. (Paula)

Cláudia contava que passavam pelo local inúmeros homens que não falavam português. Às vezes, as meninas e mulheres dessa casa iam a hotéis e cassinos na Bolívia. (Cláudia)

Quando questionada sobre sua localização, durante o período que estava fora da cidade, Fátima dizia que estava na casa de uma tia, no Paraguai. (Fátima)

Roberta passa a morar e fazer programas em uma boate boliviana, onde se envolve afetivamente com um de seus clientes. (Roberta)

De acordo com o Conselho Tutelar, a jovem está atualmente numa cidade do Paraguai, fazendo programas sexuais. “Há cinco ou seis meses ela não volta para o município”, informou uma das conselheiras. (Débora)

Anderson deixou o cabelo crescer e passou a se vestir como mulher. Parou de frequentar a escola e passou a ficar noites e dias na linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. (Anderson)

A movimentação entre os países da fronteira, no trecho que passa por Mato Grosso do Sul, relaciona-se às especificidades da região, ou seja, na maior parte, são territórios contíguos e, mesmo quando a separação é por rio, a travessia não é difícil. Em Porto Murtinho, por exemplo, ir ao Paraguai de barco (o que leva aproximadamente três minutos) não custa mais de R\$ 5. Situação semelhante a de outras cidades. Passagens de ônibus, quando necessárias, também são baratas.

Além da movimentação na fronteira, os relatos apresentam situações de viagens entre municípios de Mato Grosso do Sul e a outros estados. Em geral, a distância desses lugares é maior que entre duas cidades de fronteira dos países. Os gastos também são maiores e os valores despendidos com as viagens podem ser o pagamento da prática sexual ou o “investimento” do agenciador.

As movimentações de adolescentes contam, em geral, com a participação de outras pessoas que os aliciam que podem ou não incorrer em imobilidades advindas de cárcere por dívida ou cerceamento físico do direito de ir e vir, como também outras formas de sujeição:

Para forçar Simone a se prostituir, Priscila a proibiu de comer e de sair do quarto durante o dia. ‘Ela falou que se eu não fizesse tudo que ela mandava, nunca mais ia deixar eu ir embora. Aí eu chorava, por isso ela negou comida pra mim’, lembra-se” (Simone).

A imposição à menina ou ao menino de condições precárias e subjugadas aparece em outros relatos, como no da Alessandra, que foi encontrada no Paraguai “inconsciente em uma casa, sob efeito de álcool e cocaína”.

As redes de exploração sexual e tráfico de pessoas na fronteira também usam de documentos falsos, elevando a idade do menino ou da menina. Essa situação é registrada, por exemplo, na história citada de Simone: “Ela falou que não precisava levar o meu registro, que era pra mim ser de maior, que ela ia arrumar tudo falso pra mim. Eu nem pensava, nem imaginava que ia ser isso”, conta a adolescente. Em outro caso, o da menina Helena, essa questão também é explicitada:

Cruzar a fronteira é “tranquilo”, segundo a adolescente. Raramente são paradas, até porque o trânsito de bolivianos e brasileiros é livre. Quando acontece de serem abordadas por policiais federais, apresentam documentos falsos, feitos do lado brasileiro por R\$ 150,00.

O uso do documento falso objetiva não apenas driblar a fiscalização, como também assegurar ao cliente que “não há perigo”. Sobre isso, Helena afirma: “A maioria leva do-

cumento falso porque tem alguns turistas que pedem pra ver o documento. Pra ver se é de maior mesmo. Eles têm medo”.

Alguns adolescentes tinham o paradeiro desconhecido na época dos levantamentos. A proximidade de outro país e as dificuldades de atuação transnacional conjunta da rede de proteção facilitam essa situação. Isso não significa que o adolescente desaparecido esteja necessariamente do outro lado da fronteira. Estar de um ou outro lado da fronteira importa menos que o próprio desaparecimento, condição que aprofunda a desumanização da menina ou menino, destruindo a já abalada segurança de estar no mundo, de situar-se, de pertença, de vínculos com grupos de afetividade – o desaparecimento torna absoluto o abandono já experimentado pelo adolescente. Os fragmentos abaixo dimensionam essa situação:

Ela chegou de ir ao Creas e aparentava estar bem. Voltou para a casa da mãe. Mas, depois de uma semana, fugiu novamente e está desaparecida. (Juliana)

A última notícia que as educadoras do Creas tiveram de Fátima chegou por meio de uma denúncia. A menina teria sido vista dormindo na rua do lado brasileiro. Quando foram confirmar a informação, não localizaram a adolescente. (Fátima)

Atualmente a adolescente está desaparecida e seu filho está sob os cuidados da avó. (Roberta)

Nos relatos colhidos está naturalizada a ideia do aparecer e desaparecer para a rede de atenção com afirmações como “adolescentes desapareceram”, “agora está na rua”, “foi abrigada e fugiu”, “ficou internada e depois que saiu, viajou”, demonstram que há mobilidades e imobilidades que convivem de forma que a política pública percebe mas não evidencia o seu papel neste movimento. Como podemos observar nos relatos:

A adolescente continua indo com frequência ver a mãe e manda, semanalmente, dinheiro para a família. A família diz que não aceita essa situação, porém continua recebendo o dinheiro da filha e não busca ajuda. (Cristina)

A ideia do cuidado, do acompanhamento, do vínculo não parece ser do cotidiano das políticas públicas quando se trata de (i) mobilidade de crianças, adolescentes e jovens que vivem em territórios de fronteira. Estar do outro lado do limite do país, mesmo considerando que é o mesmo território fronteiriço, é como causar imobilidade das políticas sociais, mesmo sabendo que, do outro lado, estão vivendo em cárcere por dívida.

Se você não quiser fazer o programa, paga uma multa muito cara. Então, prá quem é 'de menor', trabalhar no salto é muito ruim. São poucas as pessoas que recebem autorização dos proprietários para saírem dos prostíbulos. Se for adolescente, nem pensar. As 'de menor' não tinham liberdade para sair. Eles (os proprietários) prendiam na casa porque tinham medo delas fugirem. (...) mesmo quem tem autorização, paga uma taxa de 100 mil guaranis para sair. (Rafaela)

A fronteira pode significar diferentes mobilidades e imobilidades a depender do tipo de organização do grupo prostitucional. As casas de prostituição se conversam entre os dois países, os pontos de prostituição interagem e, a depender da regra do mercado sexual, os/as jovens são mais ou menos liberados para circular, inclusive sendo chamariz de clientela para as casas de prostituição. Nos relatos percebe-se de forma explícita que há casas, com nomes de boates, whiskerías e bares que são estabelecidos oficiosamente como mercado sexual. No caso do Brasil, há diferentes dinâmicas neste mercado que vão desde a organização de pontos de aliciamento e prostituição de rua, como festas realizadas propositalmente para atender diferentes públicos que, no caso das situações citadas, são para pessoas de classe econômica abastada, inclusive traficantes.

A mobilidade também é relatada como a frequência em diferentes municípios de fronteira e outros estados, como a situação de Sandra que, quando a professora é chamada pela irmã para 'dar conselhos', percebe que esta viaja sempre para muitos lugares brasileiros como o estado do Paraná e, com a mesma desenvoltura, para o Paraguai. Não está portanto, somente a mobilidade dirigida a outro país, mas a diferentes territórios por onde transitam e frequentam ambientes que mantêm serviços sexuais como mercadoria.

4.3 Ação dos aliciadores e exploradores

A paga dos programas sexuais com adolescentes no outro país como sendo maior para meninas com menos idade, é amplamente citada em todas as situações. Nesta mesma linha de justificativa, ou seja, porque ir para o outro lado da fronteira, a educadora relata que a uma adolescente destaca o dinheiro para justificar a realização de programas sexuais na Bolívia. Com esse foco, ela deixa de caracterizar a participação dos adultos no aliciamento, transporte e mesmo alojamento. A descaracterização da possibilidade de tráfico de crianças nos moldes do Protocolo de Palermo (Brasil, 2004) é feito pela própria adolescente na medida em que afirma que: a) estar do outro lado da fronteira significa fazer programas mais caros; b) o direito de fazer sexo com quem quiser, pois depois da fronteira não tem fiscalização da

família e da polícia. Se consideramos a descrição feita por Helena, o que não quer a adolescente é ser tratada vítima, pois refere-se à sua autonomia frente às práticas sexuais com paga. Neste caso, a condição de ser “mercadoria mais valorizada” exatamente porque é jovem, confere a esta mesma jovem, a ideia de valorização de si, ou seja, sente-se, em relação às mulheres mais velhas, mais atrativa:

Apesar dos riscos, Helena garante que é mais lucrativo atuar na Bolívia. “Os caras gostam mais das meninas novas”. O programa custa entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00. “Para passar a noite inteira com o cara, eles pagam R\$ 250,00”. O valor pago para as garotas adultas é de R\$ 50,00 a R\$ 70,00. Em uma semana, ela volta para casa com quase mil reais. “É tudo bem organizado”, conclui a menina. (Helena)

O discurso de convencimento dos aliciadores acentua justamente esse imaginário: o além-fronteira significa ser apreciada, valorizada, não fiscalizada e ainda fazer aventura e possibilidades de ganho, ou seja, um discurso que alia diferentes necessidades da juventude no mundo capitalista. Essa dinâmica de aliciamento, que pode ser caracterizada como tráfico de pessoas, revela que muitos conhecem o trabalho que irão desenvolver, mas desconhecem as condições. Numa das situações estudadas, a menina ficou do outro lado da fronteira por mais de três meses e, ao retornar, informou: “Às vezes não pode voltar na hora que quer, tem que pagar o que se deve antes, mas é assim mesmo” (Helena). Na situação Isadora e Eduardo, foi o cárcere por dívida da mãe que colocou seus filhos à venda para paga de dívida. Os donos da boate contabilizaram além do consumo da trabalhadora sexual, os gastos com seus filhos como a paga da babá. As duas crianças foram “confiscadas” da mãe, sendo que esta foi a segunda vez que a mãe “dava a filha” em pagamento, conforme informou o Conselho Tutelar.

A eficiência do discurso resulta não apenas do imaginário de liberdade do além-fronteira, como também da força de convencimento da figura do aliciador. Por isso, quem alicia deve ser “de confiança do adolescente”. Os relatos de campo mostram que os convites para a travessia da fronteira são feitos por pessoas próximas e por outras que, convenientemente, tornam-se próximas.

Os primeiros convites para programas sexuais podem ocorrer por adolescentes do mesmo círculo de amizade, ou na escola, como são os casos de Juliana e Gustavo: “a adolescente conta que era convidada por uma amiga do bairro para ir passear na Bolívia com uns rapazes. Ela gostava, pois se divertiam bastante e ninguém ficava gritando com ela como sua mãe fazia”. Nessa avaliação, há ainda o dinheiro, tomado como um bônus, um extra que coroa a “diversão”: “Além de legal, eu ainda ganhava dinheiro”, dizia a menina”. No caso de Gustavo, o convite partiu da colega de escola.

As amigas não devem ser vistas como a antítese do/a adolescente que ‘recebeu o convite’. São certamente adolescentes com históricos próximos e que partilham do mesmo território, com aspectos que propiciam e/ou agravam a ESCA. A própria menina que recebeu e aceitou o convite pode ter convidado outras. A observação de que as histórias devam carregar aspectos comuns não pretende conduzir ao entendimento de que a ESCA decorre simplesmente de relações intersubjetivas, que deva ser compreendida como uma questão individual. Ao contrário, as histórias dos/as adolescentes não são construídas apenas nas relações entre os sujeitos, dada a impossibilidade dessa construção. Todos estão inseridos em determinada realidade material e o que são, o que fazem, o que pensam, o que desejam, etc., resultam das costuras entre essa realidade e suas subjetividades. Em outras palavras, não são ilhas e não são passivas às interferências externas: são meninas e meninos em um território de fronteira, com as particularidades dessa fase da vida (adolescência) num contexto de não direitos. E nas situações deste estudo, a realidade tem o forte componente da atuação do mercado sexual com certo privilégio de ação na fronteira. Já as políticas protetivas, não constituem um território de construção de encontros, mas de limites espaciais.

A introdução na prática sexual também é feita por pessoas de vínculos afetivos mais estreitos ou, ao menos, com maior proximidade de convívio. Essa situação foi verificada em alguns casos. Na história da menina Helena, por exemplo, já mencionada anteriormente, há a afirmação da rede de proteção de que a mãe dela seria a agenciadora. Em outro caso, com trecho citado a seguir, a agenciadora é a tia da adolescente:

Cristina morava em uma comunidade ribeirinha, na região de fronteira, com a mãe, padrasto, irmão, irmã e uma sobrinha. O pai não tinha muito contato com ela. Do lado paterno, o contato maior era com uma tia, que sempre levava a menina para sair. Com o tempo, Cristina começou a usar roupas muito curtas e a ter comportamentos provocantes, buscando imitar a tia. A mãe e o padrasto disseram a uma profissional da rede de proteção que já tentaram conversar com a menina e proibi-la de andar com a tia, mas ela teimava e saía escondido. (Cristina)

Marcos viajou diversas vezes com a irmã para ser explorado sexualmente. Ele é usuário de crack e bebida alcoólica. (Marcos)

A iniciação no mercado sexual pode, ainda, resultar da convivência, desde a infância, com as rotinas desse mercado. São situações em que integrantes da família ou das relações imediatas da menina ou do menino tenham envolvimento direto com a prostituição. Em diferentes territórios, há casos de continuidade do trabalho no mercado sexual por gerações. Assim também ocorre na fronteira. O trecho abaixo, do relatório de campo, trata sobre isso:

A adolescente vem de uma família de mulheres com direitos sexuais violados: a avó, a mãe e tias foram exploradas sexualmente – chegaram a ser levadas para outros países. A adolescente mora com a avó. As duas não têm bom relacionamento e a menina vive fugindo de casa. (Ana)

Outra forma de introdução no mercado sexual corresponde ao aliciamento por pessoas que são próximas dos adolescentes. Como se observa nos relatos, é frequente a existência da relação de afetividade na dinâmica de introdução no mercado sexual – mesmo que seja uma “afetividade” convenientemente planejada para atender aos propósitos da ESCA. No caso do discurso acima, é fundante notar que não há, por parte do agente do discurso a distinção necessária entre exploração sexual e prostituição autônoma, ou seja, é afirmado que todas as mulheres foram exploradas sexualmente e que a ida para o exterior sugere tráfico de pessoas. No entanto, sabemos que é possível haver autonomia das mulheres no mercado prostitucional e que a migração para o trabalho sexual é direito.

Um dos fatos que chama também a atenção, trata-se da menina colocada para adoção (Isadora e Eduardo) e que é devolvida porque o comportamento dela era impróprio para uma criança. De sorte, esta menina, convivendo com a mãe nos locais de prostituição desenvolveu atitudes sexuais que os adultos adotantes não viram na criança possibilidade de responder ao que queriam. Nesta situação específica, a criança é sequencialmente violentada nos seus direitos, inclusive de ser pessoa em desenvolvimento e de ser educada pelo conjunto de pessoas que a cercam ou que queriam cuidar dela.

Nos relatos de campo, há situações em que as adolescentes são iniciadas na prostituição através de convencimento de pessoas que estabeleceram, repentinamente, laços de “amizade”, de “namoro”. O discurso, no entanto, de representante da rede de garantia de direitos pode significar também a caracterização que as mulheres foram “exploradas sexualmente” quando, na verdade, são trabalhadoras autônomas do mercado sexual.

O discurso do paraíso da diversão – festa, dinheiro, roupas, celulares, liberdade – pode ser tornar mais convincente quando vem do “amigo”, do “namorado”, como pode-se observar a seguir:

Em geral, as jovens são acompanhadas/financiadas por “namorados” durante as viagens, adultos de outras cidades ou estados. Relatos dos conselheiros tutelares apontam que as adolescentes “somem” e “reaparecem” na cidade. Estão sempre com roupas e celulares novos, o que não condiz com suas condições financeiras. (Garotas Avião).

Claudia tinha 15 anos e praticava futsal no poliesportivo do município. O local era frequentado por Denise, uma mulher que aproveitava do grande fluxo de meninas para servir como “olheira”, aproximando-se e conquistando a amizade das que mais chamavam sua atenção. Claudia foi uma delas. Tornaram-se amigas. Claudia passou a frequentar a casa de Denise, que morava sozinha. Na casa, havia comida e bebida e as festas eram constantes. (Claudia)

O conteúdo do discurso no aliciamento pode se centrar, ainda, na oferta do bom emprego. Também nessa situação, a estratégia continua no mesmo universo discursivo do capital, com promessa de ganho rápido e fácil de dinheiro e maior consumo. Outro aspecto que permanece é a aproximação pela afetividade. Abaixo, está citado parte de um dos relatórios de campo:

A entrada compulsória de Simone no mercado sexual ocorreu em maio de 2009, quando conheceu Paola, que dizia que sua irmã, moradora de outra cidade do estado, estava precisando de uma babá para um casal de filhos. Embora seja adulta, Paola não encontrou dificuldades para fazer amizades com adolescentes da fronteira e ganhar a confiança delas. A mulher ofereceu para Simone um emprego de babá, dizendo que a adolescente teria um bom salário. Depois de ser assediada por Paola, a adolescente começou a receber telefonemas de Priscila, que seria a tal irmã que estava buscando uma babá. “Ela me ligava todos os dias”, lembra-se Simone. A menina titubeou e chegou a recusar a proposta do emprego, por receio de deixar o filho, que tinha oito meses na época. Mas, depois de muita insistência de Priscila, a adolescente aceitou a oferta do falso emprego. “Ela falou que eu ia trabalhar muito, ter muito dinheiro e subir na vida. Aí eu comecei a sonhar alto.”, afirma Simone. “E eu queria trabalhar. Queria ajudar a minha mãe. Aí eu falei: ‘tá bom, eu vou’. Conversei com minha mãe e ela deixou. Eu fui burra...”, condena-se. (Simone)

No dia em que conheceu Roberta, esse homem ofereceu a ela emprego na Bolívia, com hospedagem e comida garantida – portanto, o salário era só para ela se divertir. (Roberta)

O acesso ao dinheiro e ao consumo pode ser abreviado. E isso ocorre quando as relações assimétricas de poder – presentes em todos os casos – manifesta-se mais fortemente. Pessoas com dinheiro e influência política podem usar sua posição na estrutura social como instrumento para o aliciamento e agenciamento. Em dois relatos, cujos trechos são transcritos a seguir, esse quadro é evidenciado:

O fazendeiro explorava sexualmente adolescentes, usando sua influência e poder na região. Ele dava assistência material às famílias dos adolescentes. (...) Levado a julgamento, o homem foi defendido por muitas famílias de adolescentes exploradas e que recebiam “ajuda material”. (Fazendeiro)

Dois irmãos empresários aliciam crianças e adolescentes em frente das escolas em um município na região de fronteira com o Paraguai, segundo contaram pessoas da rede de proteção. Eles já foram denunciados e levados a julgamento, mas estão soltos e continuam aliciando adolescentes. (Dois empresários)

As situações relatadas a partir de fatos registrados na Delegacia de Polícia ou no Conselho Tutelar, configuradas em ação de aliciamento direta do violador, estão descritas nos quatro relatos como homens de poder econômico que buscam meninas para finalidades de pornografia e/ou atividades sexuais individuais ou grupais. Em todas as situações os homens aliciadores se valeram da fronteira para o escape seja do processo ou do julgamento, como também a travessia da fronteira ocorria por meio deles quando levavam as meninas. Nesses casos a fronteira é utilizada como impunidade dos violadores.

Dentre os usuários dos serviços sexuais de meninos e meninas, aparece de forma explícita nos relatos que há exploração sexual em lugares pré-determinados como também o agenciamento realizado por pessoas. Em diferentes situações pode ser por pessoas da localidade ou por aqueles que estão de passagem, como os turistas e traficantes citados. No caso das pessoas da cidade, note-se que o registro de meninos refere-se a pessoas consideradas também partícipes da rede de garantia de direitos como policiais, juízes, médicos, militares e políticos locais.

E, em uma situação, segundo o relato da Fátima, a iniciação na exploração sexual ocorreu no processo de fuga de um abrigo onde havia outras meninas exploradas também abrigadas, onde o grupo todo dirigiu-se às ruas em pontos já conhecido por alguns. Outro destaque interessante é o caso de Patrícia que chega à fronteira, acompanhada pelo namorado e este é preso por tráfico de drogas. Ela foi liberada pela justiça e passa a morar nas ruas da cidade e, neste período conhece a dona de um ‘ponto de prostituição’.

Além das formas mencionadas de aliciamento, há situações descritas onde a rede de tráfico de drogas se vale de adolescentes e jovens para trabalhar para ela. Nos relatos descritos há situações em que trabalhar para o narcotráfico foi a forma de manter a dependência química, submetendo-se ao tráfico de drogas e a serviços sexuais para a paga de suas dívidas. Por outro lado, também há adolescentes que são convencidos a levar drogas ilícitas de um lugar a outro como forma de acesso rápido a bens de consumo. O aliciamento descrito nas situações desta pesquisa, ocorreu por meio da rede de exploração sexual. É possível perceber que há uma relação direta entre as duas redes de exploração: mercado sexual e drogas ilícitas, sendo que esta última se vale da primeira para encontrar pessoas e manter-se.

Em todas as situações relatadas, o aliciamento ocorre por diferentes maneiras e trabalhando sempre com as fortalezas/fragilidades dos meninos e meninas, ou seja, a coragem de jogar-se em novas situações, o desejo de mudança de vida, a curiosidade do viver, o lançar-se em aventuras. Tudo o que poderia ser trabalhado como possibilidades de realização, é capturado pelo mercado sexual no processo de exploração da sua sexualidade, especialmente convencendo-o a tornar-se uma mercadoria desejada.

4.4 Onde estão os meninos e as meninas?

Das 26 situações relatadas, três não temos informações sobre indicações de como e onde estão os meninos e as meninas. Dessas, duas referem-se a situações coletivas relatadas nos episódios a partir dos violadores e quanto a uma adolescente não há indicativos da atual realidade, muito embora na situação que relatou o Fazendeiro, a informação repassada por membros da rede de garantia de direitos é que umas meninas foram embora e outras estão no mercado sexual do lado paraguaio.

Em duas situações relatadas, a saída da cidade foi a forma encontrada também para fugir da exposição que o caso tinha tomado e constrangido tanto os/as adolescentes quanto às famílias (Gustavo e Homem de 50 anos). Na primeira situação descrita, a mãe toma a iniciativa de ir embora com o filho para que não houvesse mais repercussão, como também retira-lo do grupo que frequentava. Na segunda situação, são as próprias meninas e suas famílias que vão embora para fugir do escândalo, posto que a cidade onde moravam todos os envolvidos é de pequeno porte. É interessante que em ambas as situações, percebe-se também no discurso da rede de atenção, como sendo esta, uma possibilidade importante para que eles também tenham finalizado sua responsabilidade. Não há relato que os acompanhamentos foram feitos e nem tampouco a participação da rede de atenção na definição do melhor encaminhamento.

O retorno ou a manutenção da convivência familiar ocorreu em oito situações (Ana, Anderson, Rafaela, Simone, Cristina, Helena, Marcos e Sandra), sendo que uma refere-se à uma nova constituição familiar (está morando com uma ex-educadora do Programa Sentinela). No caso de Simone, refere-se a sonho de retomar os estudos e ter casa própria para morar com o filho, sendo que atualmente mora com os pais, filho, irmãos e sobrinha com diferentes problemas de doenças e deficiências, em condições muito difíceis

financeiramente e sem perspectivas para o conjunto da família. No caso de Anderson, o retorno à família teve o significado de “precisar cuidar da irmã” que continua convivendo com os “antigos amigos”, não referindo o caso se está em convivência tranquila com a homossexualidade na família. Rafaela, por outro lado, “deixou momentaneamente de ser travesti” em família e estabeleceu-se como transformista quando ocorre festas na cidade e vai à casa de amigas para se produzir e continua procurando emprego. Marcos convive com a família e, embora tenha acompanhamento medicamentoso, a mãe não administra o medicamento porque ele usa álcool. Este menino mantém a convivência com a irmã que está no mercado sexual do lado paraguaio. Na situação de Sandra, o retorno à família ocorreu por causa do acidente de trânsito e internação de longa duração. Não está inserida em nenhuma política e sai de casa somente com bandana na cabeça para esconder as cicatrizes. Essas pessoas adolescentes estão em situações familiares, com exceção de Ana, que não tem uma atuação por parte das políticas públicas no sentido da atenção integral, posto que as condições familiares não foram colocadas em questão e não ocorreram intervenções substanciais que pudessem mudar a realidade, ou seja, os jovens se adaptaram às condições familiares. As situações de Cristina e Helena, no entanto, talvez sejam as mais emblemáticas do ponto de vista da adaptação e continuidade da violação de direitos, inclusive reconhecida pela rede de garantia de direitos. Cristina mora com a tia numa boca de fumo, envia dinheiro para a família de pai e mãe semanalmente embora afirmassem que não concordam com a situação e, Helena mora com a mãe (não temos informações dos outros membros da família), continua fazendo programas sexuais dos dois lados da fronteira e por vezes se envolve com tráfico de drogas. Já esteve na UNEI de Campo Grande mas afirma que “não dá nada, não”.

Em duas situações, as próprias adolescentes buscaram outros arranjos familiares (Alessandra e Juliana), sendo que uma está com um namorado e morando do lado paraguaio e a outra está com um amigo. O interessante é que na primeira situação há uma fala da rede de garantia de direitos que o namorado deixou Alessandra “mais sossegada” na medida em que teve a sexualidade muito exacerbada e, também com a medicação a libido estava sendo controlada. Na descrição da situação da Juliana, aparece que o amigo é “tatuador” como um juízo de valor e que mesmo considerando este aspecto negativo, o Creas está fazendo atividades no sentido de construir vínculos para “depois abrigar”, mesmo reconhecendo que aguarda que a menina busque o serviço e não que haja um trabalho de busca ativa.

Três situações estão sendo atendidas por abrigo ou internação em clínica para dependência química (Mariana, Patrícia e Renata). As situações de abrigo decorreram por motivo de segurança e as famílias estão sendo acompanhadas como também no caso da

internação. Nestes casos, evidencia que mesmo com situações de institucionalização da atenção, as famílias tem sido vinculadas no acompanhamento, muito embora não se conheça ao certo quais perspectivas há para que se consiga atenção integral, inclusive dos familiares.

Isadora e Eduardo, crianças filhas de uma trabalhadora no mercado sexual fronteiriço tem vivido uma saga de violações de direitos e não há, até o momento, encaminhamentos capazes de estancar tal situação. Isadora foi “devolvida” pela família que a adotou porque tem “comportamentos impróprios” para a idade e Eduardo, na última vez que foi acessado pela rede de atenção tinha hematomas pelo corpo e, segundo o próprio, “o tio tinha batido porque fez arte”. As duas crianças seguem os processos de (des)abrigamento e encaminhamentos familiares e retornos cíclicos, sem que a mãe biológica também seja atendida.

Em seis situações (Cris e Sthephanny, Débora, Fátima, Garotas Avião, Paula e Roberta) as meninas estão vivendo nos territórios fronteiriços, com lampejos de aparecimento e desaparecimento que denotam a circulação tanto nas cidades, na rede de atenção e nas famílias. Fátima, Paula e Débora mantêm ciclos de desaparecimento e, quando aparecem foram “vista dormindo na rua do lado do Brasil”, “fazendo programas sexuais do lado do Paraguai e não volta há 5 ou 6 meses”, “encontrou com uma profissional na rua e disse que quer voltar a estudar”. As situações de Cris e Sthephanny e Garotas Avião, desafiam os conselheiros tutelares e os Creas não se submetendo ao atendimento. Mantém presença no cotidiano das cidades e afirmam que sabem o que estão fazendo, às vezes fugindo das abordagens e às vezes enfrentando-as. Roberta deixou o filho com a avó e foi-se.

5 CONSIDERAÇÕES DESAFIANTES

A pesquisa realizada sobre a dinâmica da exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras em territórios fronteiriços remete primeiramente ao desafio de voltar aos mesmos lugares e, a partir do que foi apurado do ponto de vista brasileiro, encontrar, conflitar e conversar com os demais olhares das pessoas que vivem nessas regiões. O ponto de vista aqui expresso é a expressão da realidade a partir de um ponto, o lado brasileiro da fronteira e dos sujeitos que são da rede de garantia de direitos, isso significa que é ainda pequeno o conhecimento sobre como se expressa a exploração sexual dentro dos territórios com limites e significados distintos para os olhares exógenos e endógenos.

Os dados apresentados e as reflexões referentes aos não direitos das crianças e adolescentes que vivem nos territórios fronteiriços são condições fundamentais para compreender a exploração sexual e as vulnerabilidades para o aliciamento. Esta pesquisa, neste sentido, confirma, em um primeiro âmbito, os dados que estão disponíveis em diferentes outros levantamentos, ou seja, o não direito, a não presença de serviços públicos e a não garantia de uma infância saudável e prazerosa. Essas condições são facilitadoras para o aliciamento, ainda mais quando ocorre junto com o argumento sedutor do consumo de bens e diversão, tão importantes para os/as jovens.

As violações de direitos apresentam aspectos comuns a outros estudos já realizados, mas também tem dinâmicas próprias nos diferentes territórios. Em se tratando de fronteira (a partir destas fronteiras estudadas), o imaginário de lugar possibilitador de deslocamento para além do espaço de violações de direitos (“meu lado da fronteira”) e de decorrente liberdade (“o outro lado da fronteira, onde não é meu mundo, esse mundo que me violenta”) corresponde a um agravante às vulnerabilidades próprias desses territórios. Na composição dessa dinâmica, há um complicador no enfrentamento: a desarticulação de ações transnacionais.

Além das práticas estanques das redes de garantia de direitos, as teias primárias na proteção têm o alicerce calcado na responsabilidade exclusiva das mulheres. Compõem, assim, um caldo de conflitos e violências em que são submetidos os grupos, que convivem com políticas míopes desta problemática. As mulheres mães, avós, tias, irmãs assumem as

responsabilidades pelas crianças e adolescentes, mas não há ações de proteção a elas, ou seja, são somente provedoras sem serem apoiadas nas suas coragens do viver, inclusive quando levam a cabo as gravidezes solitárias.

Os papéis desempenhados pelas mulheres na rede de violação de direitos também merece destaque, pois configuram em um desvelar da realidade importante na propositura de políticas públicas, especialmente quando estão em situação de vulnerabilidades diversas, mas mantém a coragem de jogar-se num sem nome de possibilidades de seguir vivendo. Nesta pesquisa, especialmente, poder-se-ia perguntar num passo para a próxima pesquisa: O que tem as mulheres a falar sobre o viver no território fronteiriço, com os limites determinados pelo modelo econômico e social que lhes é imposto?

Como afirma Silva (2009), é preciso distanciar-se da falsa ideia de fronteira como tendo o lado de cá e o lado de lá, apontando que o caminho possível é o (re)conhecimento do território e a complementaridade que urge para que ocorram a “1) diferenciação, da região dos demais territórios; 2) a tradução, do que é ser fronteira; 3) a relação, entre os territórios limítrofes e, 4) a regulação do território fronteiriço” (p.27).

Se cada território contém diferentes territórios e cada fronteira um *continuum* diferente dos demais, construir ações de enfrentamento da violação dos direitos de crianças e adolescentes só terá sentido se estiver contido na luta por todos os demais direitos humanos, especialmente aqueles que se referem à raça/etnia, geração, gênero, orientação sexual sobretudo o de classe e de origem territorial. As violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes estão inscritas no marco de todas as demais violações e não poderá encaminhar-se em si, mas na relação com os demais.

A diferenciação que está posta para a ESCA na fronteira é o mesmo desafio para a compreensão da violação de direitos – crianças e violadores circulam em território uno onde a fronteira é o encontro. No entanto, na garantia de direitos, o conceito de fronteira é limite. Assim, os violadores se valem da não circulação da rede de garantia de direitos para a exploração, violência, opressão e impunidade. Estes dois conceitos estão em permanente conflito e, no caso, do tema em questão, se entrecruzam na violação de direitos e não na sua garantia.

As redes violadoras de direitos, em razão da inexistência de políticas públicas, narcotráfico, trabalho infantil, da exploração sexual de modo especial, valem-se dos limites políticos e jurídicos que se sobrepõem às territorialidades culturais, sociais e ambientais que se justapõem nas diversidades fronteiriças – cada fronteira política é um território sociocultural diverso! Assim, há por parte dos grupos populacionais o reforço do imaginário

jurídico legalista na garantia de direitos e, de outro lado, ações de “insubordinação” que não são expressas exatamente como garantia de direitos, em situações onde familiares e trabalhadores das políticas sociais “atravessaram o limite” do Estado brasileiro e “resgataram crianças e adolescentes”.

O desenho de ações coletivas para as fronteiras, portanto, considerando o lá e o cá como sendo o próprio território fronteiriço, continua sendo de eventos realizados, onde um lado é convidado pelo outro e as intervenções conjuntas são focais e caso a caso, não se constituindo em uma rede libertária de apoio, animação e construção coletiva. A ideia que haverá uma normatização nacional continua povoando o imaginário da faixa de fronteira como segurança e, portanto, de decisão superior e não daqueles que vivem nos territórios.

A educação para o respeito aos direitos humanos sexuais é fundamental. Esse processo passa pela desconstrução gradativa da visão da fronteira como “fim dos lugares familiares”, como o “terreno baldio dos centros”, onde se joga as sujeiras reprovadas socialmente. As estatísticas – como as que indicam a riqueza (as cidades fronteiriças têm baixo PIB) e a violência (estão entre as que mais registram assassinatos no País) – colaboram para o fortalecimento do pensamento do “tudo é permitido”. Quando incorporadas, as ideias deixam de ser questionadas. Sequer são percebidas e, nos discursos, ocorre a normalização do viver em situação de violência.

As ações comuns também devem contemplar a existência de políticas públicas com atenção especial aos adolescentes que vivem, passam e chegam aos territórios de fronteira. As perspectivas desses jovens são sujeitadas às limitações de direitos, considerando o tratamento secundário dispensado à região.

A dinâmica da ESCA na fronteira impõe às meninas e aos meninos um processo cruel de reificação – aos olhos da rede de exploração, tornam-se mercadorias e deixam de ser pessoas. Nos casos registrados, as consequências são: abandono; desaparecimento; situação de rua; continuidade no mercado sexual e/ou narcotráfico; abrigamento; gravidez; internação em clínicas. Alguns, mesmo aquelas situações relatadas como não estando mais o adolescente no mercado sexual e/narcotráfico, a saída desses não ocorreu por mudanças nas condições econômicas e sociais que originaram a violação de direitos. Ocorreu uma reacomodação nas condições originárias.

A violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes que vivem em territórios fronteiriços se vale exatamente da ausência de políticas públicas e o desafio que essa juventude se lança em busca de ser menos violentado e mais feliz. A rede de garantia de direitos poderia, valer-se do protagonismo desses jovens e apostar na capacidade de dizer sim

e não diante da violência física, psíquica, sexual e institucional, sobretudo lançando-se na sua magnífica capacidade de mudar a si e ao mundo que o cerca.

É preciso reconhecer que também os trabalhadores da rede de garantia de direitos vivem os problemas e as perspectivas de serem dos territórios fronteiriços: significa que são sujeitos na gestão das políticas públicas e, ao mesmo tempo que interferem para mudar a realidade das crianças e adolescentes, mudam também as condições da coletividade que participam.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (Trad. de Mariza Corrêa). 7 ed., Campinas: Papyrus, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. Decreto 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria executiva. **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde** / Laís Costa (org.), Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 09.

COSTA, L. *Agenda de ações integradas de saúde Brasil-Bolívia*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 131-141.

COSTA, L.; COBUCCIO, B.; LINS, M. C.; OLIVEIRA, A. C. B. *Instrumentos supranacionais e ações internacionais visando à integração das fronteiras*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 83-106.

CUNHA, G. Ponta Porã-MS: uma cidade, dois países. **Ágil, o guia da fronteira**, Ponta Porã, MS, ano 2, 6 ed., p.14, nov./dez. 2012.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. *A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o programa de desenvolvimento da faixa de fronteira – PDF*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 27-40.

GALLO, E.; COSTA, L.; BRETAS, N. *Sistema integrado da saúde nas fronteiras: SIS fronteira e a integração em busca da equidade*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 41-56.

HANY, S. Encontro Mercado – Prestes em Puerto Suárez. **Fronteira Viva, Más que nombre, uma razão de ser**, Corumbá, MS, ano 1, p. 24-25, maio 2011.

IBGE (Cidades). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

KASSAR, M. de C. M. (org.). *Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS*. Brasília: OIT, 2005.

LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. S. (org.). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2007.

OCAMPO, H. T. *OPAS e a saúde nas fronteiras: uma proposta em prol do bem-estar da população e do desenvolvimento sustentável*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 107-117.

OLIVEIRA, A. (Cartola). O mundo é um moinho. Intérprete: Cartola. In: **CARTOLA. Cartola**. Rio de Janeiro: Marcus Pereira, 1976. 1 disco. Faixa 1.

OLIVEIRA, M. G. de. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*. Brasília: UNB, 2008. Orientadora: Prof.^a Dra. Marília Steinberger. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, T. C. M. de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol – um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Editora UFMS. Campo Grande (MS), 1998.

RUBENS, E. *Cultura: Economia criativa a ser impulsionada na fronteira. Ágil, o guia da fronteira*, Ponta Porã, MS, ano 2, 6 ed., p.8, nov./dez. 2012.

SANTOS, B. R. dos. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SASTRE, E. “**Fronteira é um espaço cinzento, onde tudo é possível.**” Campo Grande, 29 ago. 2010. Entrevista concedida a Ivanise Andrade para o *Correio do Estado*, p. 5a.

SCANDOLA, E. M. R. *Oferta, demanda e mercado sexual: aprendizados de educadora*. Revista Conversação. Ano IV, n. 7. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável (IBISS|CO), 2009.

SCANDOLA, E. M. R. Impactos de grandes projetos na exploração sexual de crianças e adolescentes: O caso do setor sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011. Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307668470_ARQUIVO_Setor_SucroalcooleiroeExploracaoSexualdeCA0106.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

SCHABIB, L. Bem-vindo (a) a Corumbá, coração do pantanal e da América do Sul. **Fronteira Viva, Más que nombre, uma razón de ser**, Corumbá, MS, ano 1, p. 15, maio 2011.

SILVA, G. A. M. de. **O trabalho infantil na região da fronteira Brasil-Bolívia**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS, Corumbá, 2009.

TREVAS, V. Y P. *A federação brasileira e a integração regional: mobilização dos Estados e Municípios para o fortalecimento das políticas de fronteira*. In: **Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 17-25.

APÊNDICE A

SUMÁRIO DAS SITUAÇÕES LEVANTADAS E ESCOLHIDAS PARA O ESTUDO

Os nomes que aparecem nos casos abaixo são fictícios. Também foram retiradas as identificações das cidades e dos profissionais da rede de atenção. Seguem os registros:

ALESSANDRA

Alessandra foi aliciada por uma mulher de nacionalidade paraguaia que se dizia “dona de uma confecção” e convidou para trabalhar.

O Conselho Tutelar do município foi contatado em maio de 2008 pela mãe de Alessandra. A dona de casa pediu ajuda para encontrar a filha que havia desaparecido. Alessandra, segundo a mãe, havia fugido da cidade na companhia de um “namoradinho”, funcionário de um circo que acabara de deixar o município.

A polícia local foi acionada pelo Conselho Tutelar e pouco tempo depois localizou o suposto “namorado” que não estava mais na companhia da menina. Aos policiais, ele disse ter dado R\$ 5 à Alessandra para que a jovem atravessasse a fronteira, em direção ao Paraguai.

Ao ser informada da situação, a mãe da adolescente entrou em contato com amigos e conhecidos no Paraguai. Uma das pessoas contatadas afirmou ter visto a menina com a “dona de uma confecção”. A polícia paraguaia e o consulado brasileiro foram comunicados. Os policiais do país vizinho localizaram a mulher que informou o paradeiro da adolescente.

A localização de Alessandra foi comunicada ao consulado brasileiro no Paraguai que convocou o Conselho Tutelar de Mundo Novo para a repatriação. Dois conselheiros atravessaram a fronteira e receberam um carro do consulado para se deslocarem até o local onde estava a adolescente. A ação foi acompanhada por policiais paraguaios.

De acordo com os conselheiros tutelares, Alessandra estava sozinha e desacordada na casa. Ela havia consumido bebidas alcoólicas e cocaína na companhia de três homens que haviam fugido do local. Ninguém foi preso. Nenhum dos conselheiros soube informar se os exploradores eram brasileiros ou paraguaios.

Em 2010, Alessandra estava sendo acompanhada por um psiquiatra do SUS, encaminhada pelo CREAS. Após o início do acompanhamento, a menina voltou a fugir da

cidade. Foi encontrada mais uma vez no Paraguai. Desta vez estava acompanhada de um “namorado”.

Desde então, Alessandra “está mais sossegada” segundo palavras dos conselheiros. Um dos profissionais do Conselho Tutelar disse acompanhar a jovem desde os 11 anos, quando trabalhava como instrutor do PETI.

Esse conselheiro disse que a menina “é sexualmente precoce”. “Você via que ela tinha uma sexualidade a florada desde cedo. Entrava no banheiro dos meninos, ficava agarrando a garotada”, afirma.

Alessandra estava sob medicação controlada. O psiquiatra que acompanhava a jovem recomendou aos pais que a adolescente ficasse um mês fora da escola, até que o remédio fizesse efeito. O medicamento, segundo os conselheiros, é para “controle da libido”.

ANA

Ana vem de uma família de mulheres com direitos sexuais violados: a avó, a mãe e tias foram exploradas sexualmente – chegaram a ser levadas para outros países. A adolescente morava á com a avó. As duas não tinham bom relacionamento e a menina vivia fugindo de casa.

No início do acompanhamento pelo Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Ana tinha 13 anos e morava com a avó. A mãe morava na França, onde realizava programas sexuais.

A menina, ainda com 13 anos, passou a se envolver com drogas e fazer programas sexuais. Sai da casa da avó e passa a não ter moradia fixa – pula de casa em casa de parentes.

Ana é cadastrada no programa Agente Jovem do Cras, porém não participa. E a família (tios, avó) também não frequenta as reuniões do centro de referência. A menina é levada, ainda, para abrigos, mas sempre fugia, de acordo com os profissionais da rede. Vai morar com uma professora, onde novamente não permanece por muito tempo, pois, começa a roubar objetos e dinheiro da casa para comprar drogas. O Cras acaba por conseguir uma vaga para a adolescente em Campo Grande, na Instituição Peniel, onde passa algum tempo.

Quando a adolescente volta para o município, já não usa mais drogas e, na época do levantamento, estava morando com uma ex-educadora social do antigo Programa Sentinela.

ANDERSON

Anderson é homossexual e dá visibilidade a sua orientação sexual. Segundo os profissionais do Creas, ele frequentava a linha de fronteira, um dos principais pontos de prostituição da região.

O menino passou por um período de rebeldia no início da puberdade. Ficou desobediente e passava cada vez mais tempo nas ruas. Segundo uma profissional da rede de atenção, o adolescente passava por um momento de não-aceitação de sua sexualidade.

A família teria aceitado a orientação sexual do adolescente, mas não conseguiu manter um bom relacionamento com ele. Anderson deixou o cabelo crescer e passou a se vestir como mulher. Parou de frequentar a escola e ficava noites e dias na linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A vida do adolescente muda quando ele foi formalmente acusado de tentativa de homicídio. A suposta vítima era um aposentado, que foi ferido no pescoço com uma faca. Anderson foi detido em um hospital da cidade. Ele foi abordado por um policial que atendeu o aposentado. O policial colocou adolescente e vítima no mesmo quarto. “Foi ele” – teria dito o aposentado, segundo os profissionais do Creas.

O adolescente cumpriu medidas socioeducativas de internação na Unei local. Apenas tempos depois Anderson foi explicar os motivos da agressão. Segundo o adolescente, o aposentado fazia programa com ele. Quando Anderson decidiu não atender mais as solicitações do homem, ele ameaçou estuprar a irmã mais nova do adolescente.

Anderson voltou a estudar para acompanhar a irmã na escola, que anda com as antigas companhias do irmão. A uma profissional do Creas, Anderson disse: “Eu tenho que cuidar da minha irmã, mas não adianta falar, tenho que mostrar que a vida que eu levava não é a maravilha que parece ser”.

A relação com a família melhorou com o tempo. Em uma dos atendimentos no Creas, Anderson disse: “Foi nessa época [detenção na Unei] que eu descobri quem são os meus amigos. Aqueles caras com quem andava, nenhum deles apareceu para me visitar. Apenas a minha família me visitava. Meu pai percorria vários quilômetros de bicicleta para me ver”.

CLÁUDIA

Claudia tinha 15 anos e praticava futsal no poliesportivo do município. O local era frequentado por Denise, uma mulher que aproveitava do grande fluxo de meninas para servir como “olheira”, aproximando-se e conquistando a amizade das que mais chamavam sua atenção. Claudia foi uma delas. Tornaram-se amigas. Claudia passou a frequentar a casa de Denise, que morava sozinha. Na casa, havia comida e bebida e as festas eram constantes.

A mãe da adolescente já não estava gostando. Conforme conta a profissional da rede de proteção, a mãe reclamava dizendo que Claudia parecia não ter mais casa e que só falava da nova amiga.

O desconforto começou a causar muitas discussões entre mãe e filha. A situação piorou quando a mãe descobriu que Claudia não era mais virgem e que estava namorando um cabo da marinha. Segundo a profissional da rede de proteção, esse cabo também era aliciador e buscava criar vínculo afetivo com as adolescentes.

A mãe ficou nervosíssima tentando localizar o tal namorado e não conseguia. Resolveu, então, ir ao Conselho Tutelar para que obrigassem o rapaz a casar com a sua filha. Conforme os profissionais do Conselho Tutelar e do antigo Programa Sentinela foram analisando o caso, perceberam outra faceta da situação.

Claudia confessa que não foi com o militar a sua primeira relação sexual, mas pedia para a psicóloga dizer que fosse, pois estava apaixonada pelo rapaz e queria muito se casar com ele. Já o cabo evitava compromisso – todas as vezes que foi chamado pelo Conselho dizia ter apenas “ficado” com a adolescente, que não teria transado e que não gostava da menina. Por isso tudo, não iria se casar com ela. Até a mãe do rapaz foi ao Conselho dizer que o filho estava sendo perseguido por esta adolescente “louca e mal amada”.

Claudia contava aos profissionais da rede de proteção que todas as vezes que ia à casa de Denise, ingeria bebidas alcoólicas e substâncias tóxicas, e acabava por fazer programas com alguns rapazes. Isso foi virando rotina: os programas com diversos homens e consumo de bebidas cada vez maior.

A adolescente contava nos atendimentos que os programas eram realizados com homens ricos. Contou que certa vez (época de uma Copa do Mundo), chegaram à casa de Denise alguns homens com malas cheias de joias e presentearam as meninas que assistiam a um jogo pela televisão. Seriam traficantes de drogas. A casa também era frequentada por turistas – Claudia contava que passavam pelo local inúmeros homens que não falavam

português. Às vezes, as meninas e mulheres dessa casa iam a hotéis e cassinos na Bolívia. Claudia ainda comentou que algumas vezes queria evitar de ver Denise e de ir à sua casa, porém ela sofria ameaças de que se isso acontecesse sua mãe saberia de toda a verdade.

CRIS E STHEPHANNY

O caso foi acompanhado in loco. O pesquisador acompanhava um conselheiro tutelar em uma volta pela cidade. No início da atividade, o conselheiro abordou duas adolescentes, sendo uma delas travesti, que pediam carona na avenida.

Questionadas sobre “o que faziam às 20h na avenida”, as jovens responderam que estavam tentando chegar ao Paraguai. “Vou visitar o meu namorado”, disse a mais velha. Questionada sobre o tempo de permanência, ela apenas respondeu: “vou dormir com ele. Se não der pra ficar, ele me paga o táxi de volta”.

Sem documentação ou autorização de responsáveis para a viagem, as jovens foram encaminhadas às suas casas. As duas foram transportadas no banco de trás do carro do Conselho. Durante o caminho, a menina mais velha esbraveja contra o conselheiro tutelar. Percebe-se que ela conhece bem os conselheiros tutelares, citando-os pelos nomes. “Ela recentemente completou 18 anos”, disse, depois, um dos conselheiros.

Já a adolescente travesti tem 14 anos. Ela foi recebida na casa da mãe. Divorciada, a mulher informa que “a guarda do filho está com o pai”. A jovem, no entanto, prefere ficar aquela noite na casa materna. A mãe foi intimada a comparecer em 48 horas ao conselho tutelar para prestar esclarecimentos.

Enquanto o conselheiro conversava com a mãe da travesti, a jovem dentro do carro reclamava, dizendo que nunca fora ajudada pelo Conselho Tutelar: “pedi para me ajudarem a tirar o documento de identidade, mas nunca fizeram nada. Só me enrolaram”, disse. Ela afirmou viajar desde os onze anos, sempre atrás “do circo” para se divertir ou atrás de algum “namorado”. Visitou o Estado todo, algumas cidades do Paraná e o Paraguai.

Após 15 minutos, a jovem foi levada para a casa do pai, um homem aposentado que aparentava ter 70 anos. Segundo um dos conselheiros, o pai da adolescente era alcoólatra. Ele estava divorciado da mãe da adolescente, que mora em um assentamento.

Enquanto o pai conversa com o conselheiro, a jovem esbraveja pela casa, reclamando que “minha vida não é de interesse do Conselho Tutelar”. O conselheiro intimou o pai a comparecer ao conselho em 48 horas para prestar esclarecimentos.

No dia seguinte, as duas adolescentes foram vistas novamente na Avenida Castro Alves. Estavam com as mesmas roupas da noite anterior. Ao avistarem o pesquisador, que descia a avenida, elas tentaram disfarçar, atravessando a calçada.

O pesquisador contatou o conselho tutelar. Os conselheiros de plantão não conseguem interceptá-las, mas o conselheiro que levava as adolescentes para casa na noite anterior e que estava em seu dia de folga, consegue encontrá-las no centro da cidade.

“Elas se esconderam atrás de um carro quando perceberam a minha presença”, explicou. Elas não foram levadas para suas respectivas casas, pelo Conselho Tutelar, pois estavam apenas transitando no centro da cidade.

CRISTINA

Cristina morava em uma comunidade ribeirinha, na região de fronteira, com a mãe, padrasto, irmão, irmã e uma sobrinha. O pai não tinha muito contato com ela. Do lado paterno, o contato maior era com uma tia, que sempre levava a menina para sair. Com o tempo, Cristina começou a usar roupas muito curtas e a ter comportamentos provocantes, buscando imitar a tia. A mãe e o padrasto disseram a uma profissional da rede de proteção que já teriam tentado conversar com a menina e proibi-la de andar com a tia, mas ela teimava e saía escondida.

A família perde o controle sobre a adolescente, que, com 12 anos, começa a usar drogas e fazer programas arranjados pela tia. Cristina passa a frequentar bares e ranchos, onde realiza os programas, e o número de parceiros aumenta cada vez mais. O tempo vai passando e a família e padrinhos de Cristina conversam com a garota tentando ajudá-la, mas nada adiantou. No entanto, eles não buscam o Conselho Tutelar ou qualquer outro serviço público.

A relação entre a mãe e a filha já estava tumultuada e se agravou após o aniversário de 15 anos de Cristina, quando a mãe, que havia bebido muito, fez um escândalo e partiu para cima da adolescente. A menina ficou furiosa e depois de algum tempo fugiu para a cidade com a tia, sem deixar notícias.

Depois de algum tempo, Cristina voltou à comunidade e avisou a mãe onde estava morando. Nada foi feito com a família.

Cristina, em 2010, estava com 15 anos e morava com a tia em uma boca de fumo na fronteira. A adolescente continuava indo com frequência ver a mãe e mandava, semanalmente, dinheiro para a família. A família dizia que não aceitar essa situação, porém continuava recebendo o dinheiro da filha e não buscava ajuda.

DÉBORA

A primeira denúncia de situação de exploração sexual da adolescente Débora chegou ao conselho tutelar através do disque 100. A denúncia anônima dizia que a menina havia entrado na casa de um homem para ser explorada sexualmente.

Débora morava com uma tia que adotou a menina ainda pequena. Diversas vezes a tia foi ao Conselho Tutelar pedir ajuda para controlar a sobrinha. Conforme o conselho, a adolescente teria “gênio difícil e por vezes era agressiva”.

A menina foi encaminhada para o Creas para receber acompanhamento de uma psicóloga e de uma assistente social. Débora compareceu a apenas duas sessões.

De acordo com os conselheiros, a adolescente costuma entrar nas casas para dormir ou furtar alguma coisa. O Conselho Tutelar foi acionado diversas vezes para “retirar a adolescente” de casas e bares.

O caso da adolescente tramita na justiça, mas os conselheiros não souberam explicar qual o foco do processo. Nenhuma das denúncias de exploração foi transformada em investigação.

A tia desistiu de cuidar da menina e, no ano passado, mudou do município, pois não “aguentava mais a situação da adolescente”,

De acordo com o Conselho Tutelar, a jovem está atualmente numa cidade do Paraguai, fazendo programas sexuais. “Há cinco ou seis meses ela não volta para o município”, informou uma das conselheiras.

FÁTIMA

Fátima, de 14 anos, morava com a uma avó adotiva desde os seis anos. Com o tempo, a relação se torna difícil e a adolescente começa a frequentar as ruas e passa a usar crack. “A avó não estava mais controlando a [Fátima]. Ela não obedecia, fugia da escola. Ficou incontrolável”, diz uma profissional da rede de atenção.

Passado um tempo, Fátima começa a receber atendimento no Creas e é encaminhada a um abrigo. Ela fugia constantemente para adquirir drogas. Nos atendimentos, as educadoras percebiam marcas pelo corpo da adolescente, em especial no pescoço.

Para as profissionais do Creas, Fátima dizia que fora abandonada pela mãe. Tempos depois, as educadoras colheram outra versão ao conversar com a mãe da adolescente. “A mãe disse que ficou internada por muito tempo em Campo Grande por causa de um derrame. Aos poucos ela foi perdendo o contato com os filhos, que foram deixando a casa”.

Durante o período de abrigamento, Fátima conheceu dois irmãos mais velhos, que estavam abrigados. “Ela ficava se questionando: Será que são meus irmãos? Vivia nos perguntando sobre o assunto”, diz uma das educadoras.

A adolescente começou a fazer programas sexuais depois que o abrigo recebeu adolescentes em situação de exploração sexual. “Foi durante a época de fugas em massa do abrigo quando cinco ou seis adolescentes fugiam de uma vez. Uma convencia a outra de que se prostituir era uma coisa boa. Não enxergava que estavam sendo exploradas” relata uma educadora.

Fátima só retorna ao abrigo quando fica doente. Em um dos atendimentos, ela pediu para ver a mãe, mas disse que não queria voltar para casa. Quando questionada sobre sua localização, durante o período que estava fora da cidade, Fátima dizia que estava na casa de uma tia, no Paraguai.

As educadoras contestam essa informação. “Sabemos que ela não possui parentes no Paraguai”. O transporte ao Paraguai é fácil, pois não há cobrança de passagem a crianças e adolescentes.

A última notícia que as educadoras do Creas tiveram de Fátima chegou por meio de uma denúncia. A menina teria sido vista dormindo na rua do lado brasileiro. Quando foram confirmar a informação, não localizaram a adolescente.

GAROTAS AVIÃO

Os conselheiros tutelares contam que há, na cidade, um grupo de adolescentes, que sempre estão juntas. Elas são atendidas no Creas, mas não são assíduas, pois saem, muitas vezes, da cidade. Elas fazem programas sexuais e são usadas para tráfico de drogas. A casa de uma das meninas serve de boca de fumo.

De acordo com o Conselho Tutelar, as meninas costumam viajar juntas pelo interior de Mato Grosso do Sul e por cidades do Paraná e do Paraguai. Em geral, as adolescentes são acompanhadas/financiadas por “namorados” durante as viagens, adultos de outras cidades ou estados.

Ao serem abordadas por profissionais da rede de proteção integral, as meninas não falam sobre si, mas contam sobre viagens de outras jovens. Diversas vezes foram abordadas pela PRF transportando drogas. Estão sempre com roupas e celulares novos, o que “não condiz com suas condições financeiro/social”, de acordo com um dos conselheiros.

GUSTAVO

Gustavo tinha 14 anos quando foi aliciado por uma colega de escola a fazer programas sexuais com homens. Ele morava só com a mãe – o pai já havia falecido.

A mãe começou a perceber que o filho, além de aparecer em casa com roupas novas e presentes, também estava deixando o estudo de lado. O menino sempre tivera bom desempenho na escola, com notas altas. No entanto, depois das mudanças – começou a sair com frequência com os amigos, chegar tarde em casa, usar roupas novas, ganhar presentes -, suas notas começaram a cair. E a mãe foi chamada pela primeira vez em toda vida escolar de Gustavo para ser informada de suas notas baixas.

Gustavo tinha costume de ficar, no período da noite, sentado conversando com os amigos em uma praça pública. A mãe começou a seguir o garoto e percebeu que alguns carros paravam, homens desciam, conversavam com os adolescentes da praça e alguns destes subiam nos carros.

A mãe sem entender o que se passava, buscou o Conselho Tutelar. Com o tempo, Gustavo contou a uma profissional da rede de proteção sua primeira relação sexual foi com

um homem, e que a maioria dos programas que realiza são com homens “poderosos” da cidade, citando alguns médicos e juízes.

O adolescente contou também que foi “convidado” para essa “vida nova” (termo usado pelo garoto), por uma amiga da escola que também tinha sua idade. Contou, ainda, que entre os carros que paravam na praça, alguns eram de clientes já marcados, e outros, eram de “colegas” que lhe dariam carona até a Bolívia. O dinheiro dos programas era usado para comprar roupas e bebidas.

A mãe de Gustavo também é acompanhada pela rede de proteção. Antes dos atendimentos, ela não tinha conhecimento que o filho fazia programas sexuais. De acordo com uma profissional da rede, a mãe busca ajudar o menino a sair da exploração sexual. Mãe e filho terminam se mudando para São Paulo e ele já não faria mais programas sexuais.

HELENA

Helena, de 13 anos, realiza programas sexuais em boates bolivianas desde os 12 anos. Uma adolescente mais velha a incentivou e a vontade de ter seu próprio dinheiro e comprar suas roupas e sapatos falou mais alto. “Ninguém me dá dinheiro lá em casa”, conta. Helena garante que a família não sabe. “Minha mãe me mata se souber”, diz. Helena também faz programas do lado brasileiro, em lugar onde se hospedam muitos turistas.

Uma moça maior de idade é quem convidou Helena e outras meninas a entrarem no mercado do sexo oferecendo dinheiro e drogas. Além dessa moça, há uma agenciadora que negocia as garotas junto aos donos das boates e organiza a ida delas. Há, ainda, um taxista que pega as garotas no local marcado e as leva até a fronteira com a Bolívia, onde outra mulher já está esperando para conduzi-las até a boate. “Ela liga pra nós pra dizer onde encontrar”, diz a menina.

A cada travessia para o lado da fronteira, vão seis ou sete meninas. Cruzar a fronteira é “tranquilo”, segundo a adolescente. Raramente são paradas, até porque o trânsito de bolivianos e brasileiros é livre. Quando acontece de serem abordadas por policiais federais, apresentam documentos falsos, feitos do lado brasileiro por R\$ 150,00.

O documento falso também garante os programas sexuais. “Você entra na boate na Bolívia e vê um monte de meninas. A maioria leva documento falso porque tem alguns

turistas que pedem pra ver o documento. Pra ver se é de maior mesmo. Eles têm medo”, explica.

Apesar dos riscos, Helena garante que é mais lucrativo atuar na Bolívia. “Os caras gostam mais das meninas novas”. O programa custa entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00. O valor pago para as garotas adultas é de R\$ 50,00 a R\$ 70,00. Em uma semana, ela volta para casa com quase mil reais. “É tudo bem organizado”, conclui a menina.

Ao ser questionada sobre o que sente quando está com um cliente, afirma, resignada: “Nada. Fico olhando. Você tem que fazer o que o cara manda, né. É chato, mas a gente tem que fazer”.

Helena concorda que é muito nova para estar envolvida com exploração sexual, mas não tem medo de ter problemas futuros por causa disso. “Já fui presa uma vez e se for pega de novo vou para a Unei em Campo Grande. Mas não dá nada não”. “Às vezes não pode voltar na hora que quer, tem que pagar o que se deve antes, mas é assim mesmo”.

A mãe de Helena é apontada pelos profissionais da rede de proteção como agenciadora do mercado do sexo. A menina nega. “Há uma tendência em proteger a mãe”, explica uma profissional da rede.

ISADORA E EDUARDO

Em uma boate da fronteira, filhos de trabalhadoras sexuais são trocados por dívidas. A violência envolveu, ao menos, duas crianças: um menino, de sete anos, e uma menina, de oito. O menino foi adotado, mas a menina, identificada pelo nome fictício de Isadora, permanece abrigada.

De um lado das negociações, estão trabalhadoras sexuais “endividadas”; do outro lado, um casal, proprietário da boate. Os dois respondem processo por cárcere privado no caso que envolve a menina Isadora.

No inquérito, o casal alega que ficou com a criança a pedido da mãe dela. A mulher, em seu depoimento, afirmou que a própria menina pediu para ficar, pois “não queria mais pegar carona e viajar com a mãe”. Também disse que o dinheiro devido pela mãe de Isadora correspondia às despesas com uma suposta babá, que cuidara da menina.

Enquanto o novo processo tramita, Isadora segue seus dias abrigada. Foi no abrigo que ela completou seu nono aniversário, alguns dias após ser tirada da chácara do casal, onde permaneceu em situação de cárcere por três meses.

Na mesma chácara, o Conselho Tutelar e a polícia encontraram, em outra ocasião, o menino Eduardo, de sete anos, filho de uma trabalhadora sexual com dívida na boate. A rede de proteção à criança e ao adolescente acredita que filhos de outras profissionais do sexo tenham sido usados no pagamento de dívidas.

Criar uma situação de endividamento é uma violação muito praticada na exploração sexual de adolescentes e adultos. O agravante, neste caso, é a redução de crianças à condição de “moeda” para pagamento de dívidas.

A saída de Isadora de sua cidade de origem fora motivada por outra violência. De acordo com o Conselho Tutelar e o Creas, a mãe da menina tentou vendê-la por R\$ 300 para um homem da cidade quando ela tinha sete anos. Depois de denunciada ao Conselho Tutelar, a mãe deixou o município, levando a filha. Conforme o Creas e o Conselho Tutelar, o que estava sendo negociado era a virgindade da criança.

De carona em carona, mãe e filha chegaram à cidade, onde a menina ficou em situação de cárcere. Passados três meses, a menina já estava sem a mãe. Conselheiros tutelares das duas cidades, com a ajuda da polícia, localizaram a criança.

Isadora também teve a experiência de ser adotada. Mas ficou apenas duas semanas com a nova família. Ao devolver a menina ao Juizado, a família alegou que ela estaria se comportando de maneira imprópria para uma criança de sua idade.

Aspectos da história de Isadora foram vividos por Eduardo. O menino também foi encontrado na chácara em poder do casal. “Foi a mesma situação: a mãe não tinha condições de arcar com as despesas na boate, aí seguraram a criança”, afirma um conselheiro.

Eduardo foi encontrado com hematomas nas costas, resultantes de uma surra com mangueira. “Ele disse assim: ‘eu fiz arte e o tio me bateu’. Ele só tinha derrubado um vaso de planta”, conta uma conselheira.

JULIANA

Juliana não admitia a separação dos pais. Ela morava com a mãe. As brigas eram constantes e a menina apanhava muito da mãe.

Um dia após uma briga em casa, a adolescente, então com 13 anos, sai e fica desaparecida. A mãe, desesperada, procura o Conselho Tutelar e a polícia. A menina foi encontrada algum tempo depois em outro bairro, com algumas tatuagens e usando drogas. Depois disso, ela é abrigada. Ela fugiu do abrigo. E a situação se repetia: era abrigada e fugia.

Durante o processo de atendimento, a adolescente conta que era convidada por uma amiga do bairro para ir passear na Bolívia com uns rapazes. Ela gostava, pois se divertiam bastante e ninguém ficava gritando com ela como sua mãe fazia. “Além de legal, eu ainda ganhava dinheiro”, dizia a menina.

O acompanhamento era feito tanto com Juliana como com a mãe. No entanto, a adolescente desaparecia frequentemente e isso prejudicava o trabalho e a relação dela com a mãe. Na última vez que foi encontrada pelo conselho, foi encaminhada a uma clínica de tratamento em Campo Grande, pois estava consumindo muita droga. Passou um ano fazendo tratamento.

Com 15 anos, Juliana retornou ao município. Ela chegou a ir ao Creas e aparentava estar bem. Voltou para a casa da mãe. Mas, depois de uma semana, fugiu novamente e está desaparecida.

A adolescente chegou a buscar espontaneamente o atendimento no Creas e afirmou que não estava mais morando com a mãe e que estaria na casa de um amigo tatuador. O Conselho achou melhor não abrigar a menina e esperar que ela voltasse a manter esse comportamento de frequentar o Creas, porém, isso não mais aconteceu durante o período de levantamento de casos para esta pesquisa.

MARCOS

Marcos, 14 anos, viajou diversas vezes ao Paraguai acompanhado pela irmã para ser explorado sexualmente. Ele é homossexual e usuário de crack e bebida alcoólica.

Desde 2008, o menino recebe acompanhamento de um psiquiatra do Creas, mas desistiu do tratamento, parando de tomar os remédios. A mãe do adolescente informou aos conselheiros que não ministrava os medicamentos porque o filho bebia muito. “O médico disse que ele não poderia tomar os medicamentos junto com álcool” explicou a mãe aos conselheiros.

O adolescente morava, em 2010, no lado brasileiro, mas a irmã estava no Paraguai, com paradeiro desconhecido. No entanto, os conselheiros afirmam que a irmã estava sendo explorada sexualmente.

Não existem investigações ou processos do caso.

MARIANA

Mariana, com 13 anos, já morava sozinha na região de fronteira e a mãe morava na Bolívia. Quando viviam juntas, as duas brigavam constantemente e a adolescente era violentada fisicamente pelos irmãos.

Depois que começa a morar sozinha, a adolescente passa a sobreviver da prostituição e furtos. A menina chegou a ser apreendida pela polícia boliviana. Quando a mãe soube da detenção da filha, procurou o Creas e o Conselho Tutelar. Esses órgãos conversaram com as autoridades da Bolívia e conseguiram trazer a menina de volta ao Brasil. Os processos que Mariana respondia no país vizinho foram arquivados e o Creas assumiu o compromisso de fazer o acompanhamento da adolescente.

A adolescente por medida de segurança está abrigada e a família continua recebendo o atendimento psicossocial do Creas.

PATRÍCIA

Patrícia, de 16 anos, chegou à fronteira com o Paraguai na companhia de um namorado, um traficante que foi preso na cidade. A menina também foi detida.

A adolescente foi liberada pela justiça e passou a morar nas ruas da cidade. Foi quando conheceu uma mulher, dona de um ponto de prostituição.

Patrícia chegou ao Creas e imediatamente foi encaminhada para uma clínica de reabilitação. Ainda segundo as educadoras, Patrícia teria confessado que fazia programas com um político da cidade.

PAULA

Paula começou a ser explorada sexualmente aos 12 anos. Antes, porém, teria sido abusada sexualmente por um primo. Ela morava com a mãe e com dois irmãos. O relacionamento na família era bastante conturbado, com muitas brigas.

Nas discussões em casa, a mãe dizia a Paula para sumir, ir embora, que não prestava, que era vagabunda e oferecida, entre outras ofensas. A mãe alegava não dar conta de criar a filha, pois ela era rebelde e não parava em casa, só queria saber de namorar. Por fazer hemodiálise, a mãe era fisicamente debilitada e nas brigas com a filha era, muitas vezes, empurrada e caía. A adolescente disse inúmeras vezes em atendimento que odiava a mãe.

Paula era agredida fisicamente pelos irmãos. Além disso, ela fora abusada sexualmente por um primo quando tinha oito anos. De acordo com informações da rede, a menina também fora estuprada por um rapaz na escola.

A profissional da rede de proteção assim descreve suas primeiras lembranças de Paula: “Lembro daquela menina linda, de saia e touca de crochê, entrando na minha sala, dizendo que não aguentava aquela vida e que queria muito encontrar o pai”.

O pai de Paula, segundo dizia a mãe da menina, trabalhava em uma mineradora e seria casado. Conforme a mãe, esse homem não queria que a filha o procurasse. Cada um dos irmãos são filhos de pais diferentes. Os meninos também não convivem com seus pais.

Em um dos auges dos conflitos, a mãe de Paula raspa todo o cabelo da menina para tentar, assim, impedir que ela saísse de casa. No entanto, isso desembocou na fuga da adolescente com o namorado, de 24 anos. A mãe, sem saber o paradeiro da filha, busca o Conselho Tutelar e a polícia.

A menina retornou para a casa, começou a ser acompanhada na rede de proteção, mas continuou fugindo de tempo em tempo. Nos atendimentos, ela contava que ia à Bolívia com mais duas amigas para “curtir as festas”. De acordo com a profissional da rede, a menina fazia programas sexuais em uma boate boliviana.

O rapaz que se aproximou da menina e se fez namorado dela era o aliciador. Não apenas de Paula, mas também das outras adolescentes. Portanto, Paula não atravessou a fronteira somente em razão das brigas em casa, mas também por ter sido estimulada pelo “namorado”.

Muitas vezes, em situação de briga com a mãe, a menina fugia de casa, mas depois de um tempo retornava, porém, em 2007, a menina desapareceu. Ela ficou três anos na Bolívia e

só retornou em 2010, por ficar sabendo que a doença da mãe agravara. Perguntada sobre porque demorou tanto, falou que teve que pagar umas dívidas. No último encontro com a profissional da rede de proteção, ocorrido fora do espaço institucional, a menina disse pretender estudar e trabalhar.

RAFAELA

Rafaela já morou em bares e boates e atravessou a fronteira com o Paraguai para fazer programas. No país vizinho submeteu-se a prestação de serviços sexuais para policiais, empresários e políticos. Foi gerente de prostíbulo e viu amigas serem mortas. Por R\$ 3 mil atravessou o Brasil para entregar um carregamento de maconha.

A exploração sexual entra na vida de Rafaela aos 14 anos. Em casa sofria a pressão dos seus pais por ser homossexual e nas ruas encontrava o escape e a liberdade que não tinha no seio familiar. Com amigas começa a frequentar os barzinhos de sua cidade, na região de fronteira.

Nos primeiros programas não havia pagamento monetário, eram apenas “namoradinhos” que bancavam bebidas e davam pequenos mimos. Rafaela só começou a receber dinheiro pelos atos sexuais quando saiu de casa e passou a viver em um quartinho, no fundo de um bar.

A situação não passou despercebida pela rede de garantia de direitos. A saída foi atravessar a fronteira. “Não dá pra ficar no Brasil, porque tem que ter idade para se prostituir”, relata Rafaela, que na época tinha 15 anos.

Os programas nos prostíbulos paraguaios custam entre 300 mil e 500 mil guaranis (mais de cem e quase 300 reais respectivamente). Não há diferença de valores cobrados por mulheres e travestis. Em média são realizados entre três e cinco programas por noite. Existe ainda uma taxa de 50 mil guaranis (17,73 reais) paga pelas jovens por utilização dos quartos em cada programa.

Uma vez “acolhida” pelo prostíbulo, as jovens perdem toda autonomia, inclusive para escolher os seus clientes. “Ali você é obrigado a ficar com qualquer um. Tinha uma menina que apanhava porque não queria ficar com velho. Ali não era um lugar para escolher cliente. Tem que pegar quem tem mais dinheiro”, conta Rafaela.

No Paraguai, Rafaela passou por vários prostíbulos. “Lá tem muito ‘de menor’. Eu era a única travesti por lá. Tinha mais meninas de 14, 15 anos. Bebiam demais. Caiam de bêbadas.”, diz.

À embriaguez há duas explicações: a primeira é que as garotas recebem uma porcentagem das bebidas destiladas consumidas pelos clientes; a outra é para aguentar o sofrimento: “A exploração sexual é muito ruim porque lá (nos prostíbulos) você apanha. Se você não quiser fazer o programa paga uma multa muito cara. Então, para quem é ‘de menor’, trabalhar no Salto é muito ruim”.

São poucas as pessoas que recebem autorização dos proprietários para saírem dos prostíbulos. Se for adolescente, nem pensar. “As ‘de menor’ não tinham liberdade para sair. Eles (os proprietários) prendiam na casa porque tinham medo delas fugirem”, comenta Rafaela. E mesmo quem tem autorização, paga uma taxa de 100 mil guaranis (35,45 reais) para sair. Tudo é cobrado.

Em sua última estada no Paraguai, Rafaela passou sete meses como gerente de uma boate instalada em uma chácara “muito longe da cidade e longe do ponto onde passa o ônibus”. No local havia uma divisão. Na frente havia cinco quartos usados para os programas com mulheres. Nos fundos, sete quartos eram reservados para as travestis. Rafaela cuidava da contabilidade dos programas das travestis.

Depois de meses trabalhando como gerente, Rafaela decide retornar para a cidade. Cansou de sofrer e ver sofrimento. Para pagar a sua dívida, faz um último programa. O valor foi suficiente para pagar a dívida de uma amiga, que há muito estava insatisfeita com as condições que vivia.

Hoje, Rafaela mora com os pais. Estão conciliados, mas para isso deixou momentaneamente a condição de travesti. Estabeleceu-se como transformista, ou seja, não adota a identidade de gênero feminina o tempo todo, mas quando há festa na cidade, corre para a casa de uma das amigas para se produzir assumindo sua identidade feminina para as baladas. Está buscando cursos e distribuindo currículo em busca de um emprego. Da realidade que ficou do outro lado da fronteira, quer apenas as experiências que lhe fortaleceram. Vida como aquela, nunca mais.

RENATA

Renata, de 13 anos, brasileira, estudava em colégio brasileiro, mas morava na Bolívia com mãe e irmãos. Ela era agredida fisicamente pelos irmãos e a mãe brigava muito com ela.

Com o tempo, a adolescente passa a se envolver com drogas e a fazer programas sexuais na Bolívia. Também ficava embriagada pelas ruas e praças bolivianas. Ela é apreendida e a mãe é chamada para prestar esclarecimento. O caso acaba chegando à defensoria da Bolívia. A mãe entra em contato com uma profissional do Creas que conhece e que trabalhava na defensoria do país vizinho. Consegue, assim, tirar a filha da Bolívia.

Atualmente, a Renata está abrigada no Brasil e a família ainda continua recebendo atendimento. A profissional da rede, que informou sobre o caso, não soube dizer como ocorreu o agenciamento da adolescente.

ROBERTA

Com 17 anos, Roberta, que tem epilepsia, é levada para a Bolívia por um homem que conheceu em um bar chamado “Bar do Boliviano”. Quando se referia a ele, durante o processo de atendimento, Roberta falava bem e com muito carinho.

No dia em que conheceu Roberta, esse homem ofereceu a ela emprego na Bolívia, com hospedagem e comida garantida – portanto, o salário era só para ela se divertir.

A menina, por ter epilepsia, era superprotegida pela mãe, que queria impedir que fosse a festas. A adolescente discutia muito com a mãe e dizia, nos atendimentos, que sua casa parecia uma prisão. De acordo com a profissional da rede, foi justamente neste ponto que o homem, que aliciou Roberta, focou para convencê-la a ir para a Bolívia.

A mãe busca o Conselho Tutelar logo que a menina desaparece, mas os conselheiros não podem atravessar a fronteira.

Roberta passa a morar e fazer programas em uma boate boliviana, onde se envolve afetivamente com um de seus clientes. Ela fica grávida e não sabe quem é o pai. Mas o cliente, por quem Roberta se apaixonara, assume a criança e pede para ela ser só dele a partir de então. A adolescente não é autorizada a isso. Continua fazendo programas. A gravidez é de risco. Roberta frequentemente passa mal e tem ataques epiléticos. Perto de dar à luz, o

cliente insiste para a adolescente voltar para a casa da mãe e promete que sempre iria visitá-la. A menina obedece, volta para a casa da mãe.

A mãe não recebe bem Roberta e repete, a todo o momento, que tem nojo daquela barriga suja, que era uma criança sem pai. A adolescente rebate dizendo que tem pai sim e que, em breve, a mãe iria conhecê-lo. Nesse período a menina passa a frequentar o Creas junto com a mãe.

O homem que Roberta dizia ser o pai de seu filho vai esporadicamente visitá-la, mas no período da noite, não mantendo muito contato com a mãe da adolescente. Quando convidado para ir ao Creas ou Conselho Tutelar, ele nunca comparece e quando questionado pela mãe da garota se realmente gosta dela e quer mesmo assumir a adolescente, o homem diz que vai ajudá-la, mas não tem como casar, pois já tem outros filhos e não seria fácil.

Depois que o bebê nasce, Roberta passa a vê-lo como um empecilho para viver seu “grande amor”, como ela mesma dizia. A menina se revolta porque o rapaz deixa de visitá-la e não liga mais, e associa isso à quantidade de pessoas que ficam pressionando-o. Aumenta o conflito com a mãe e Roberta se distancia do Creas.

Um dia a mãe chega a sua casa e vê um bilhete da adolescente. Roberta dizia que tinha voltado para Bolívia atrás de seu “grande amor”. A mãe entra em desespero porque a filha estava tendo muitos ataques epiléticos e teme pela criança. Ela encontra a adolescente numa praça, perto da boate onde trabalhara, com o filho no colo. A mãe contou aos profissionais da rede de atenção que se aproximou da filha e lhe pediu para voltar com ela, que tinha uma criança para cuidar e que ela mesma precisava de cuidado. A adolescente, nervosa, respondeu que ia achar o homem da vida dela e ser feliz e que se a mãe estava tão preocupada assim, ela que cuide da criança. Dessa forma, Roberta coloca o filho no colo da mãe, pega a bolsa, vira as costas e sai andando.

Até a conclusão da fase de levantamento de casos desta pesquisa, em 2010, a adolescente estava desaparecida e seu filho sob os cuidados da avó.

SANDRA

Sandra tem um histórico de viagens pelos municípios do Estado, Paraná e Paraguai. Segundo a professora que a acompanhou durante o ensino médio, a jovem era prostituída no Paraguai.

Os professores foram os primeiros profissionais da rede de proteção integral a tomar conhecimento de que a adolescente Sandra estava sendo prostituída no Paraguai. As informações já corriam pela cidade como fofoca, mas foi a irmã da adolescente a primeira se manifestar oficialmente sobre a situação.

A irmã mais velha de Sandra procurou uma professora para pedir que aconselhasse a jovem. A professora relata: “falei com ela (Sandra), obviamente não entrei direto no assunto. Fomos conversando até que consegui tocar no assunto”.

Apesar dos conselhos da professora, a jovem continuou viajando para outros municípios. Nesse período, a professora percebe mudanças em Sandra: “Notei uma mudança no comportamento dela. Ela andava com celular e ligava aos clientes”. A professora não soube informar a nacionalidade dos clientes.

As viagens só pararam após o acidente sofrido por Sandra. Segundo a professora, a jovem estava na traseira de uma camionete acompanhada de outras duas adolescentes. O motorista do veículo era o “namorado” de uma das garotas. Os quatro passeavam em um balneário.

Em uma curva fechada, um dos pneus dianteiros da camionete caiu em um buraco. O tranco jogou Sandra para fora da carroceria. A adolescente sofreu ferimentos na cabeça. Após dois dias internada, a menina é transferida para Campo Grande.

Depois de um mês de internação, a adolescente voltou para seu município. Ela não frequenta mais a escola e não recebe nenhum tipo de acompanhamento socioeducativo. Uma das conselheiras tutelares contou que, em alguns fins de semana, Sandra é vista na cidade, com uma bandana na cabeça, para esconder as cicatrizes.

SIMONE

Há pouco mais de um ano, Simone, 17, trocou de cidade na esperança de mudar também de vida. Imaginava que, depois de algum tempo, seu esforço se converteria em maior conforto para si mesma, para a mãe, para os irmãos e para o filho de dois anos. Em pouco tempo, a adolescente despencou de seu sonho para uma realidade feita de mercado sexual, ameaças, fome, violência física e cárcere. Ela conseguiu fugir do prostíbulo, mas não de suas lembranças. Hoje, Simone redesenha seus projetos de vida. E a rede criminosa, que buscou desumanizar a adolescente, permanece impune e atuante.

A entrada compulsória de Simone no mercado sexual ocorreu em maio de 2009, quando conheceu Paola, que dizia que sua irmã, moradora de outra cidade do estado, estava precisando de um babá para um casal de filhos. Embora seja adulta, Paola não encontrou dificuldades para fazer amizades com adolescentes da fronteira e ganhar a confiança delas. A mulher ofereceu para Simone um emprego de babá, dizendo que a adolescente teria um bom salário.

Depois de ser assediada por Paola, a adolescente começou a receber telefonemas de Priscila, que seria a tal irmã que estava buscando uma babá. “Ela me ligava todos os dias”, lembra-se Simone. A menina titubeou e chegou a recusar a proposta do emprego, por receio de deixar o filho, que tinha oito meses na época. Mas, depois de muita insistência de Priscila, a adolescente aceitou a oferta do falso emprego. “Ela falou que eu ia trabalhar muito, ter muito dinheiro e subir na vida. Aí eu comecei a sonhar alto.”, afirma Simone. “E eu queria trabalhar. Queria ajudar a minha mãe. Aí eu falei: ‘tá bom, eu vou’. Conversei com minha mãe e ela deixou. Eu fui burra...”, condena-se.

Priscila veio de carro buscar a adolescente. Ainda na fronteira, a mulher disse à menina para não levar nenhum documento. Para convencer Simone, Priscila alegou que seriam necessários documentos novos para evitar a fiscalização do trabalho, pois a menina ainda não tinha 18 anos. “Ela falou que não precisava levar o meu registro, que era pra mim ser de maior, que ela ia arrumar tudo falso pra mim. Eu nem pensava, nem imaginava que ia ser isso”, conta.

O primeiro abalo do sonho do bom emprego foi sentido por Simone assim que chegou à boate. “Quando cheguei, eu perguntei: ‘cadê as crianças pra mim cuidar?’ Eu me assustei”, conta. Priscila persistiu em enganar a adolescente, dizendo que ela conheceria as crianças em breve.

A menina transformou a desconfiança em certeza e afirmou que não iria se prostituir. A cafetina ainda tentou argumentar, alegando que estava oferecendo uma grande oportunidade para Simone ganhar muito dinheiro. Diante do impasse, Priscila trouxe à tona sua disposição em usar da violência para atingir seu propósito.

Para forçar Simone a se prostituir, Priscila a proibiu de comer e de sair do quarto durante o dia. “Ela falou que se eu não fizesse tudo que ela mandava, nunca mais ia deixar eu ir embora. Aí eu chorava, por isso ela negou comida pra mim”, lembra-se.

Dois dias depois, durante um descuido do segurança da casa, Simone conseguiu fugir, mas não teve forças para ir muito longe. Dormiu em uma praça da cidade. Pouco tempo depois, ainda durante a madrugada, a adolescente é acordada com uma luz forte do farol de

um carro. Em seguida, sente o braço apertado e puxado violentamente. Era Priscila. “Ela falou que devia meter a mão na minha cara. Eu tava chorando. Aí eu falei: ‘bate, então’”.

A fome aguda forçou a adolescente a dizer “sim” para a cafetina um dia depois de sua fuga frustrada. Até então, os clientes que a procuravam teriam desistido do programa por causa da desolação e negativa da menina.

Depois que a fome a obrigou a “colaborar com a casa”, Simone deixou o quarto para beber com os clientes. Nessa noite, conheceu uma travesti, que notou a tristeza da menina e quis saber sua história. “Eu disse pra ela que eu jamais queria decepcionar minha mãe”, conta Simone. Sensibilizada, a travesti resolveu ajudar. No primeiro descuido dos responsáveis pela boate, as duas deixaram o local.

Simone foi levada para a casa de uma amiga da travesti. “Essa mulher, onde eu fiquei, me ajudou bastante, deu um monte de conselho. Falou que eu tinha que ir pra polícia. Mas eu tinha medo. E também tava sem minhas roupas”.

No dia seguinte, a menina voltou ao “Cantinho da Saudade” para buscar suas roupas. A travesti a acompanhou. No local, encontraram Priscila muito brava. “Ela me deu um tapa na cara e disse que eu tinha que pensar na minha mãe e no meu filho, que ela era capaz de qualquer coisa”. A adolescente narrou essa cena com a voz embargada. Fez uma pausa na fala e enxugou as lágrimas.

Ainda muito emocionada, continuou a narrativa: “Aí eu respondi pra ela: ‘você pode fazer o que quiser comigo, mas limpa a boca pra falar da minha mãe e do meu filho’”. Priscila quis bater na menina, mas foi empurrada pela travesti. Em seguida, saíram correndo, deixando as roupas para trás. Foram direto ao Conselho Tutelar.

O caso foi contado no Conselho Tutelar e recontado na delegacia de polícia. O delegado, alguns policiais e um conselheiro chegaram de ir ao local. Encontraram outra adolescente. Mas nada foi feito. A boate não foi fechada e a cafetina sequer foi investigada.

Buscando se distanciar da violência impune que sofreu, Simone tenta reconstruir seus sonhos. Pretende retomar os estudos – ela parou de estudar no sétimo ano do Ensino Fundamental. Também sonha em ter sua própria casa, para morar com seu filho. No momento, mora, em uma pequena casa de madeira, com a mãe, que é analfabeta e que não trabalha para poder cuidar do marido, que sofre de epilepsia, com o irmão pré-adolescente, que tem deficiência mental, com o filho, uma irmã, de 22 anos, e uma sobrinha, de três anos.

DOIS EMPRESÁRIOS

Dois irmãos empresários aliciam crianças e adolescentes em frentes das escolas em um município na região de fronteira com o Paraguai, segundo contaram pessoas da rede de proteção.

Eles já foram denunciados e levados a julgamento, mas estão soltos e continuam aliciando adolescentes.

Na casa de um dos irmãos, a polícia encontrou vibradores e outros objetos utilizados para jogos sexuais com as adolescentes.

FAZENDEIRO

Um dos mais conhecidos casos de exploração sexual na fronteira com o Paraguai teve início em 2004 com as investigações de uma pessoa que recebeu a denúncia de que um fazendeiro prestava assistência a uma adolescente paraguaia em troca de sexo.

Ela foi até o Paraguai e, acompanhada por um policial local, visitou a família da jovem que confirmou a “assistência” do fazendeiro brasileiro. Foram encontrados outros casos na escola onde estudava a adolescente. A denúncia foi formalizada ao Ministério Público Estadual e ao Comcex. O fazendeiro explorava sexualmente adolescentes, usando sua influência e poder na região. Ele dava assistência material às famílias dos adolescentes.

Uma equipe da inteligência do Comcex foi enviada ao município. Os investigadores montaram uma operação de busca e apreensão na fazenda. No forro da propriedade foram encontradas 35 fitas vhs, com imagens de meninas de 9 a 16 anos. As gravações mostravam desde banhos nus nos rios da região, até relações sexuais.

Investigações mostraram que o fazendeiro “exportava” cópias das fitas para o Japão. Levado a julgamento, o homem foi defendido por muitas famílias de adolescentes exploradas e que recebiam “ajuda material”.

Muitas adolescentes, hoje, estão livres da exploração sexual do fazendeiro enquanto outras estão no Paraguai e continuam sendo exploradas. O homem está livre e continua

aliciando adolescentes pelas ruas de um dos bairros mais pobres da cidade. A única diferença é que ele as leva para sua propriedade no Paraguai.

HOMEM 50 ANOS

Um homem de aproximadamente 50 anos, aposentado, age como aliciador em uma cidade na fronteira com o Paraguai. O Conselho Tutelar informou ter recebido denúncias formais de seis adolescentes que foram abusadas.

O aposentado fazia ponto na frente das escolas, oferecendo dinheiro e doces às meninas e convidado para ir a sua casa. O homem foi preso em flagrante, pego com uma adolescente em casa.

De acordo com os conselheiros, o aposentado não mantinha relações sexuais com as meninas mais novas, com idades entre nove e 13 anos, apenas as “bolinava”. Há suspeitas de que mantivesse relações com adolescentes mais velhas.

Algumas das vítimas saíram do município, fugindo da repercussão do caso.

HOMEM 70 ANOS

O Conselho Tutelar de uma cidade na fronteira com o Paraguai recebeu diversas denúncias sobre um homem, com aparência de 70 anos, de nacionalidade paraguaia que ficaria em esquinas próximas das escolas, aliciando adolescentes com balas e trocados.

O homem alicia crianças e adolescentes no período da manhã. Nunca chegou a ser preso ou investigado.

ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Comitê de Ética em Pesquisa /CEP/UFMS

*Carta de Aprovação*

A minha assinatura neste documento, atesta que o protocolo nº 1428 do Pesquisador Osvaldo dos Passos Pereira Júnior intitulado “Conhecendo a realidade da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes nas fronteiras de Mato Grosso do Sul com Paraguai e Bolívia” e o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram revisados por este comitê e aprovados em reunião ordinária no dia 06 de agosto de 2009, encontrando-se de acordo com as resoluções normativas do Ministério da Saúde.

Edilson dos Reis

Coordenador em exercício do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS

2ª via de Carta de Aprovação

Edilson dos Reis
Vice-coordenador
CEP/UFMS

Campo Grande, 06 de dezembro de 2012.